



Departamento de História

Representações do 28 de maio de 1926 na Imprensa da Época

Rafael Lopes Roxo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre História Moderna e Contemporânea

Especialidade Política, Cultura e Cidadania

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017

Agradecimentos

Queria agradecer á minha orientadora e á minha família pelo apoio que me deram para a realização deste árduo trabalho.

RESUMO

O período compreendido entre o dia 28 de maio de 1926 até ao dia 11 de julho de 1926 é marcado pela rutura e instabilidade governativa que se inicia após o golpe militar de 28 de maio de 1926. Com a demissão do governo de António Maria da Silva forma-se um novo executivo, ao que se seguiu a demissão do Presidente da República, cargo então ocupado por Bernardino Machado. O governo então formado tem como principais figuras elementos de fações diferentes que participaram na sublevação militar, Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa. Contudo, este último, Gomes da Costa, não permanece por muito tempo no governo. Por seu lado, Mendes Cabeçadas acaba por acumular a chefia do governo com a de chefe do Estado, após a demissão de Bernardino Machado. Esta situação apenas permanecerá durante poucos dias, pois a 17 de junho ocorre nova alteração no governo e na chefia do Estado, altura em que Mendes Cabeçadas é afastado do poder por Gomes da Costa. Este último, por sua vez, a 9 de julho é também ele afastado do poder com um golpe dirigido por Óscar Carmona, que passará a ocupar a chefia do Estado.

Esta turbulência e constantes novas formações de governos e alterações na chefia do Estado não tranquilizaram a opinião pública, expressa em diversos periódicos apesar da implantação da censura, que via de início os elementos que integraram o movimento militar como os garantes da concretização da ordem e do progresso, em oposição aos partidos políticos e à situação política anterior, considerada como caótica o que teria motivado a eclosão deste movimento militar.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a opinião expressa pela imprensa escrita em relação ao movimento militar de 28 de maio de 1926 e aos seus protagonistas: o exército, Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa, tendo como período temporal em análise desde o dia 27 de maio de 1926 até ao dia 11 de julho de 1926, considerando a forma como ao longo deste período é descrita a situação política, dando especial atenção às mudanças e às continuidades no discurso veiculado pela imprensa.

Palavras-Chave: 28 de maio de 1926; Imprensa; Movimento militar; Gomes da Costa; Mendes Cabeçadas; Exército.

ABSTRACT

The period between May 28, 1926, to July 11, 1926 is marked by the rupture and instability of the government that began after the military coup of May 28, 1926. With the resignation of the government of António Maria da Silva a new executive was formed, followed by the resignation of the President of the Republic, then occupied by Bernardino Machado. The government that formed had as main figures elements of different factions that participated in the military uprising, Mendes Cabeçadas and Gomes da Costa. However, the latter, does not remain for a long time in the government. For his part, Mendes Cabeçadas ends up accumulating the head of government with that of head of state, after the resignation of Bernardino Machado. This situation will only last for a few days, because on June 17 there is a new change in the government and the head of state, when Mendes Cabeçadas is removed from power by Gomes da Costa. The latter, in turn, on July 9, is also removed from power with a coup led by Oscar Carmona, who will come to occupy the head of state.

This turbulence and constant new formations of governments and changes in the headship of the state did not reassure the public, expressed in several periodicals despite the implantation of the censorship. The press saw the elements that integrated the military movement as the pillars of the order and the progress, opposed to the action of the political parties and the previous political situation, considered as chaotic and have motivated the outbreak of this military movement.

The present work has as objective to analyze the opinion expressed by the written press in relation to the military movement of May 28, 1926 and its protagonists: the army, Mendes Cabeçadas and Gomes da Costa. The temporal period in analysis is the 27 of May 1926 until July 11, 1926, considering how the political situation has been described throughout this period, with special attention to changes and continuities in the discourse of the press.

Keywords: May 28 of 1926, Portuguese newspapers, military movement, Gomes da Costa, Mendes Cabeçadas, army.

Índice

Agradecimentos	II
Resumo e palavras-chave / Abstract and keywords	III-IV
1 – INTRODUÇÃO	1-2
1.1 – Problemáticas	3
1.2 – Métodos de investigação e objetivos	4-5
1.3 – Bibliografia	6-8
1.4 – Estrutura do trabalho	9-10
 2 – O MOVIMENTO DE 28 DE MAIO DE 1926	
2.1 – Motivações	11-13
2.2 – Início do Movimento Militar	13-16
2.3 – Queda do governo de António Maria da Silva e a formação de novo governo	16-19
2.4 – Os Triunviratos e a queda do poder de Mendes Cabeçadas	19-21
2.5 – Afastamento de Mendes Cabeçadas e o triunfo de Gomes da Costa	22-25
2.6 – Queda do poder de Gomes da Costa	26-29
 3 – O MOVIMENTO MILITAR DE 28 DE MAIO DE 1926 NA IMPRENSA DA ÉPOCA	
3.1 – Limitações à liberdade de expressão	30-33
3.2 – Relato dos acontecimentos políticos e militares na imprensa da época	33-45
3.3 – O regime na imprensa da época	45-50
3.4 – A Censura na Imprensa da Época	50-54
3.5 – Os protagonistas do movimento militar	54-56
4 - ORDEM PÚBLICA, LIBERDADES E MANIFESTAÇÕES	57-66
5 – CONCLUSÃO	67-73
6 – FONTES E BIBLIOGRAFIA	74-76
CV	

1 - INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta dissertação é a opinião escrita pelos jornais contemporâneos em relação ao movimento militar de 28 de maio de 1926 e aos momentos que imediatamente lhe sucederam, os seus protagonistas coletivos, o exército, e individuais, Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa.

Desta forma, realizei uma análise dos periódicos, adotando uma perspetiva comparada entre eles, seguindo as problemáticas definidas para este trabalho. Os jornais pesquisados foram o *Diário de Notícias*, *O Século*, o *Jornal de Notícias*, *A Montanha*, *A Batalha*, o *ABC*, o *Novidades*, *A Capital*, o *Domingo Ilustrado* e *O Algarve*. Procurou-se conciliar jornais de carácter nacional, com outros de maior incidência local, percorrendo diversos alinhamentos ideológicos que poderiam fazer-nos antever posicionamentos diferentes perante o levantamento militar de 28 de maio de 1926.

O intervalo de tempo definido para este estudo vai desde o dia 27 de maio de 1926 até ao dia 11 de julho de 1926, um período que pode ser caracterizado pela rutura e instabilidade governativa que se inicia após o golpe militar de 28 de maio de 1926, com a demissão forçada do governo de António Maria da Silva, deixando igualmente o cargo de chefe de Estado de ser ocupado por Bernardino Machado, e com a formação de um governo que tem como principais figuras Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa¹. Contudo, este último não permanece por muito tempo, realizando-se rapidamente uma nova alteração governativa de onde sai um novo triunvirato², que permanece até 18 de junho, quando Mendes Cabeçadas é desta vez afastado por Gomes da Costa³. Este último, por sua vez, a 9 de julho é afastado do poder por Óscar Carmona⁴.

Esta turbulência governativa e constantes novas formações de governos não tranquilizou a opinião pública. As promessas feitas desde o início pelo movimento militar passavam pela

¹ Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques (1991), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, Vol. I, p. 739

² Campinos, Jorge (1975), *A ditadura militar 1926/1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 55-60; Cruz, Manuel Braga da (1985), “A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº7, pp.352-353; Rodrigues, António Simões (2007), *História de Portugal em datas*, Temas e Debates, 2007, pp. 307; Cruz, Manuel Braga da (1985), “A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº7, pp.352-353;

³ Madureira, Arnaldo (1978) *O 28 de Maio: elementos para a sua compreensão*, Lisboa, Presença, pp. 31-34

⁴ Campinos, Jorge (1975), *A ditadura militar 1926/1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 60

garantia da ordem e da estabilidade política, em oposição à instabilidade governativa gerada pela ação dos partidos políticos e à então definida como situação caótica proporcionada pelos governos da República. Aliás, o caos governativo vivido era dado como tendo ajudado à eclosão do movimento militar de 28 de maio de 1926.

Apesar do funcionamento da censura a que eram submetidos os diversos periódicos então publicados, considerei interessante ver como a imprensa da época se posicionava e descrevia os acontecimentos que tinham lugar, entendendo estes relatos como uma forma de manifestação e expressão da opinião pública. Consultei a imprensa da época, procurando as formas de expressão de apoio, descontentamento ou de crítica em relação aos governos surgidos da implantação da ditadura militar, a 28 de maio de 1926 até 9 de julho de 1926, altura em que Gomes da Costa é expulso do governo e toma posse o 3.º governo da Ditadura Militar portuguesa.

1.1– Problemáticas

Para melhor orientar o meu trabalho segui uma série de questões a que procurei responder, de acordo com a informação disponível em estudos e fontes e no melhor dos meus esforços. A questão geral, a partir da qual defini seguidamente outras subquestões: como é descrito na imprensa da época o movimento militar iniciado a 28 de maio de 1926? A partir desta questão geral, defini um detalhado conjunto de questões mais particulares: como é descrito o exército e a sua ação na Imprensa da época? Como é descrita a ação política e os partidos políticos na Imprensa da época? Como é vista a censura pela imprensa da época? Como são apresentados alguns dos protagonistas, como Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa, pela Imprensa da época? As constantes mudanças de liderança e golpes dentro do próprio movimento alteraram a perceção da opinião pública em relação aos protagonistas do movimento militar e aos seus objetivos? Como foi visto pela imprensa o encerramento do Parlamento? Como foram vistas pela imprensa da época as soluções políticas protagonizadas por Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas? De acordo com os jornais, quais as soluções políticas que o país dispunha e se a ditadura era entendida como uma das possíveis soluções? Que medidas são apresentadas pela imprensa como tendo sido implementada no sentido de garantir a manutenção da ordem pública? Houve manifestações nas ruas, se sim, quais e se foram a favor ou contra quem e de que forma se realizaram e se foram toleradas ou reprimidas?

Todas estas questões serão analisadas de forma comparativa entre si e interligadas, uma vez que muitas vezes estas problemáticas cruzam-se e complementam-se umas às outras. Por exemplo, a forma como é visto o movimento militar iniciado a 28 de maio de 1926 na imprensa da época está certamente interligado com a forma como é descrito o exército pela Imprensa da época. A forma como é descrita a vida política pela Imprensa da época interliga-se com a forma como são percecionados os partidos políticos pela Imprensa da época.

1.2– Métodos de investigação e objetivos

O primeiro passo antes de começar a pesquisa para esta dissertação foi pensar num tema que correspondesse a um acontecimento nacional importante e que tivesse uma grande divulgação na imprensa da época. Nesse sentido, encontrei como possível o presente tema, o movimento militar de 28 de maio de 1926 e os seus protagonistas descritos pela imprensa da época.

Depois de estabelecido o tema da minha dissertação comecei por procurar estudos nas várias bases de dados da Biblioteca do ISCTE-IUL, Retrievio, B-on, Google académico, Biblioteca Nacional de Portugal, SIBUL, na rede de bibliotecas da Câmara Municipal de Lisboa e, após fazer uma lista com todos os estudos encontrados fui consultá-los, tendo em conta os estudos que tinham informação relevante para a minha pesquisa.

Seguidamente fiz uma lista das fontes que, no caso concreto, são os jornais da época. Na generalidade, estão disponíveis na sala de microfimes da Biblioteca Nacional para o período de estudo definido.

Tendo já levantado a cota dos títulos dos jornais em que poderia haver informação passível de ser analisada, fui ver os vários exemplares publicados entre 28 de maio de 1926 e 10 de julho de 1926. Após apontar todas as entradas de jornais que interessavam para o meu trabalho fiz uma ficha de leitura para cada uma delas.

Intercalando com a recolha de informação das fontes, fui consultar a informação disponibilizada pelos estudos, de modo a perceber de forma contextualizada os acontecimentos deste período. Seguidamente fiz fichas de leitura e organizei a informação levantada de forma cronológica.

Ao consultar os jornais tive os devidos cuidados, pois alguns dos diretores e jornalistas demonstravam claramente opiniões influenciadas pelas suas ligações aos partidos políticos, aliás, alguns deles funcionavam como autênticos órgãos de comunicação dos partidos, facto que moldava a opinião que exprimiam. Uns apresentavam-se como defendendo e sendo partidários de uma determinada ideologia política, de um determinado partido, como é o caso do partido republicano (*A Montanha*); ou eram partidários do movimento sindicalista e porta-voz da

organização operária portuguesa (C.G.T), como é o caso do jornal *A Batalha*⁵. Além disso, tive que ter cuidado ao interpretar as notícias da época como passíveis de estarem incompletas, pois neste período conturbado (28 de maio de 1926 até 10 de julho de 1926) houve muitos acontecimentos que podiam ter escapado aos jornalistas ou que levaram tempo até serem noticiados.

Como objetivos secundários para esta dissertação quero ainda analisar a forma como a censura foi recebida pela Imprensa da época e expor informações que ajudem a completar o estudo deste movimento militar, em pontos que os estudos consultados não realçam ou não dão qualquer informação, mas que fazem parte ou se relacionam com este acontecimento e com os seus protagonistas. Em suma, pretendo ver como alguns factos são descritos pela imprensa da época, como é descrito e entendido o fecho do Parlamento, as movimentações militares e as ocupações de infraestruturas de comunicação, as manifestações públicas de apoio e contra António Maria da Silva, Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas, as medidas implementadas para manter a ordem pública, os editais que foram publicados e que limitaram a liberdade de circulação das pessoas e o funcionamento dos estabelecimentos, entre outros elementos.

⁵ Oliveira, César (1984), *Antologia: imprensa operária portuguesa: 1837-1936* 1936, Lisboa, UGT - União Geral do Trabalho, p.30 e Sá, Victor de (1991), *Roteiro da imprensa operária e sindical: 1836-1986*, Caminho, p. 122

1.3- Bibliografia

Foram vários os estudos disponíveis que me ajudaram a compreender a história do movimento militar do 28 de maio de 1926, desde o seu início até ao seu fim, a 9 de julho do mesmo ano.

Para perceber os movimentos militares, as motivações deste levantamento e a situação e soluções políticas neste período consultei sobretudo a obra *A desgraça da República na ponta das baionetas*, de José Freire Antunes, que forneceu informação sobre a carta a Bernardino Machado, datada do dia 28 de maio e os movimentos militares dos revoltosos. *A ditadura militar portuguesa (1926-1933)*, de Douglas Wheeler, deu-me importante informação para as fases da ditadura militar. A obra *1ª República Portuguesa: uma cronologia*, de Fernando de Castro Brandão foi importante para o conhecimento dos acontecimentos durante o movimento militar. Foram consultadas muitas outras obras, que demonstram que as problemáticas relativas ao movimento militar de 28 de maio de 1926 têm despertado a atenção da historiografia, havendo múltiplos aspetos que foram já investigados. Entre elas saliento: *A crise da República e a ditadura militar*, de Luís Bigotte Chorão; *História de Portugal em datas*, de António Simões Rodrigues é importante para definir a cronologia dos acontecimentos do movimento militar; o volume I d' *A Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e de A. H. Oliveira Marques e da autoria de Fernando Rosas, é importante para o conhecimento da história do movimento militar até 10 de julho e a constituição dos governos do primeiro triunvirato e do ministério de Gomes da Costa; o quarto e quinto volume da *História da República* de Raul Rêgo onde o autor apresenta os movimentos militares de 29 e 30, a tomada de posse de Mendes Cabeçadas e as ultimas horas no poder de Gomes da Costa do dia 9 para 10 de Julho; o primeiro volume do *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, coordenado por Maria Fernanda Rollo, apresenta várias entradas com informação importante, como são o caso das entradas sobre Gomes da Costa, Óscar Carmona, Mendes Cabeçadas e a ditadura militar. O primeiro volume do *Dicionário de História do Estado Novo*, dirigido por Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, tem uma interessante entrada sobre a ditadura militar, Mendes Cabeçadas e Óscar Carmona. O oitavo volume do *Dicionário da história de Portugal* foi importante para a entrada sobre o golpe de 28 de maio de 1926. A obra de Arnaldo Madureira intitulada *O 28 de Maio: elementos para a sua compreensão*, contém importantes elementos para história do período relativo ao afastamento de Mendes Cabeçadas. A obra *O Estado e a ordem pública. As instituições militares portuguesas*,

de António Pedro Ribeiro dos Santos, foi importante para uma breve introdução ao movimento militar até à prisão de Mendes Cabeçadas.

O artigo «A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo», de Manuel Braga da Cruz permitiu obter um conhecimento das ideologias políticas existentes desde o início do movimento até à ascensão ao poder de Gomes da Costa. O terceiro volume da obra *Portugal contemporâneo*, de António Reis, foi importante para o conhecimento das ideologias políticas desde o início do movimento até à queda do poder de Gomes da Costa. O capítulo intitulado «28 de Maio» A conspiração e as justificações dos militares», de Aniceto Afonso, inserido no livro dirigido por Luís Reis Torgal, *O 28 de Maio de 1926: contributos para uma reflexão*, explana as razões dos militares para avançar com esta insurreição militar e, no mesmo livro, o capítulo de Luís Farinha «Cavaleiros da Pátria» Os liberais e a transição pactuada (1925-1929)», explica as condições ou a falta delas que Mendes Cabeçadas tinha para governar.

A obra *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares em 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974*, de Maria Carrilho, foi central para a história dos movimentos militares do dia 28 para o 29 de maio e o episódio de 6 de julho que levou à demissão do governo de Gomes da Costa. *Os militares e o poder*, de Eduardo Lourenço, permitiu aprofundar as motivações dos militares para iniciar este movimento militar. O livro *História do 28 de Maio*, de Eduardo Freitas de Costa, apresenta as razões e ideologias dos militares ao iniciar o movimento e as três fases do movimento militar que termina a 9 de julho. Os volumes quatro e cinco da *História da República*, de Raul Rego, explicam as tentativas de resistência ao movimento por parte dos militares no dia 29 e 30. *Decadência e queda da 1ª República Portuguesa*, de António José Telo, contribui para se perceber o episódio da prisão de Cabeçadas e Ochoa em Santarém e o fecho do Parlamento. *A ditadura militar portuguesa (1926-1933)* de Douglas Wheller para perceber qual foi a primeira fase da ditadura militar instalada desde o 28 para 29 de maio de 1926. *Da I República ao Estado Novo*, de António Viana Martins, apresenta o comportamento dos militares em Lisboa em relação ao governo. *A ditadura militar 1926-1933*, de Jorge Campinos, apresenta as tensões entre Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa, após o primeiro subir ao poder e a queda do poder de Gomes da Costa. O sétimo volume da *História de Portugal*, de Fernando Rosas, foi sobretudo consultado para as razões e a queda do governo de Gomes da Costa. O volume XVIII

da *História de Portugal*, de Joaquim Veríssimo Serrão, apresenta a transmissão legal de poderes para Mendes Cabeçadas.

Para o estudo da cobertura do movimento militar pela imprensa, apenas a obra *Queda e decadência da I República Portuguesa* faz uma brevíssima exposição dos jornais, (utilizando *O Século*, *A Época*, *A Choldra*, *O Mundo*, *Noite*, *Correio da Manhã* e o *Rebate*); sobre as declarações de apoio ao movimento militar e uma ainda mais breve exposição sobre a opinião dos jornais (utilizando *O Século* e *A Batalha*), em relação a uma possível nova formação de governo após o primeiro triunvirato.

Para o estudo da censura consultei o oitavo volume do *Dicionário da história de Portugal*, coordenado por António Barreto e Maria Filomena Monica e *Os militares e a censura: a censura à imprensa na ditadura militar e Estado Novo 1926 1945*, de Joaquim Cardoso Gomes, que considero ser uma obra de referência para este tópico.

Embora não encontrasse qualquer obra de referência para estudo da Imprensa para o período temporal em questão, consegui informação importante dos seguintes livros: *Jornais do Porto 1896-1925*, de Raul de Matos Fernandes; a entrada de José Miguel Sardica na obra dirigida por, Isabel Nobre Vargues, no capítulo «Para uma história da imprensa diária portuguesa no século XX» do livro *Jornais diários Portugueses Um dicionário*; o volume VIII do *Dicionário da história de Portugal*, coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica; o segundo volume do *Dicionário da história da I república e do republicanismo*, coordenado por Maria Fernando Rollo, bem como as obras, *Jornais Republicanos: 1848-1926*, *Roteiro da imprensa operária e sindical: 1836-1986* e *Antologia: imprensa operária portuguesa: 1837-1936*.

Outro problema com que me deparei foi a falta de informação e a ausência nos estudos de referências sobre as medidas de manutenção da ordem pública, a limitação de liberdades das pessoas e sobre as manifestações a favor e contra os protagonistas do movimento militar, o que fez com que o quarto capítulo, que diz respeito à ordem pública, a limitação das liberdades individuais e às manifestações de apoio e contra o movimento militar fosse feito inteiramente com base na consulta das fontes, os jornais da época.

Existe, assim, uma muito considerável produção historiográfica que foi de grande apoio para a pesquisa desenvolvida.

1.4 – Estrutura do trabalho

Esta dissertação é constituída por cinco capítulos. No primeiro capítulo, a introdução, é feita uma breve exposição sobre o tema da minha dissertação, as questões que me orientaram, o processo de investigação do meu trabalho e os seus respetivos objetivos, bem como, a bibliografia que utilizei para este trabalho e a forma de como este está organizado.

No segundo capítulo intitulado «O movimento de 28 de Maio de 1926», que está dividido em seis subcapítulos, vou expor as motivações dos militares e os acontecimentos do dia 28 para 29 de maio de 1926, as lideranças e composição dos governos desde 28 de maio de 1926 até á queda de Gomes da Costa, as tensões e episódios que levaram às constantes mudanças dentro dos governos, os movimentos militares e a ocupação de infraestruturas de comunicações por parte dos militares nos golpes de estado após o movimento militar inicial e, por fim, a forma como Gomes da Costa foi forçado a sair do poder.

O terceiro capítulo, a que chamei «O movimento do 28 de Maio de 1926 na imprensa da época», está dividido em 5 subcapítulos. No primeiro subcapítulo procura-se descrever a situação da imprensa em Portugal em 1926 e explicar a implantação da censura, tanto em termos institucionais como relatar episódios em que a imprensa foi censurada mesmo quando a censura ainda não estava implementada.

Nos restantes subcapítulos deste capítulo vou ao cerne da minha dissertação e faço uma exposição comparativa do que os jornais da época disseram sobre os o movimento militar e a dinâmica política por ele provocada até 10 de julho de 1926, sobre as soluções políticas pensadas para o regime durante este período de tempo, sobre a forma como a censura foi abordada pelos jornais, bem como a sua posição em relação às personalidades de Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa.

No quarto capítulo, intitulado «Ordem pública, Liberdade e manifestações», apresento as medidas de segurança e prevenção tomadas pelas autoridades para manter a ordem pública, a nível prático, com a implementação de patrulhas ou bloqueios de vias e ruas, bem como, a nível mais institucional, com a publicação de editais das autoridades que limitaram temporariamente as liberdades e garantias dos cidadãos e da sua propriedade.

Por fim, no mesmo capítulo, vou relatar as manifestações de apoio e contra os governos e de que forma estas foram resolvidas pelas autoridades desde o dia 28 de maio até 10 de julho de 1926.

Por último, no quinto capítulo, exponho as conclusões do minha pesquisa baseada na análise comparativa feita anteriormente no terceiro capítulo e nas problemáticas definidas, onde vou dar especial realce á forma geral como os jornais viram este movimento militar.

2 – O MOVIMENTO DE 28 DE MAIO DE 1926

2.1– Motivações

Antes de começar por descrever o movimento militar que derruba o governo de António Maria da Silva, considero ser importante fazer uma breve introdução sobre as razões e motivações que são apresentadas pela bibliografia e que levaram os militares a mobilizarem-se e a revoltarem-se.

No geral, todos os autores consultados consideram que o exército fez o golpe militar sem ser comandado por uma ideologia política e que o fez apenas para derrubar o sistema político existente e as instituições que o apoiavam. Para além disso, este movimento militar seria heterogéneo e composto por projetos opostos.

Nessa corrente de opinião, António Reis, que afirma que a principal razão para que o golpe se efetuasse pelos militares era retirar do poder o presidente da República Bernardino Machado e, como deu mostras, logo que tomaram o poder começaram as divergências entre os participantes no movimento militar, onde não existia «nenhum programa de governo, nenhuma direcção eficaz e coesa para o poder recém-conquistado», apenas as intenções de Cabeçadas e Gomes da Costa de ter um estado e um poder executivo forte⁶.

Esta ideia é partilhada e desenvolvida por Manuel Braga da Cruz que afirma que o levantamento militar fez-se «mais contra um estado de coisas, com uma intenção sobretudo negativa»; esta insurreição sem plano concebido, foi feita pelas forças armadas sem ideologia concreta, misturando no seu interior «intenções ambíguas e projectos contraditórios», pois a única coisa que os unia era o seu protesto contra o sistema partidário, a ineficácia do Parlamento, a instabilidade governativa, a agitação social que se sentia e subsequentemente, o descrédito das instituições⁷.

Os militares que aderiram ao movimento, finaliza este autor, fizeram-no porque queriam reformar o sistema político em vigor, isso compreende-se pelo facto de que todos os partidos adversários do Partido Democrático, exceto o próprio Partido Democrático, tenham apoiado este

⁶ Reis, António (1990), *Portugal contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, Vol. IV, p. 14

⁷ Cruz, Manuel Braga da (1985), “A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº7, p. 347

movimento militar embora, também houvesse militares que queriam alterar o próprio regime político.⁸

Eduardo Lourenço também faz eco destas duas opiniões anteriormente expressas e começa por dizer que com a chegada da República, os militares apercebem-se da sua capacidade política e começa entre eles e o poder civil uma luta para se aproveitarem uns dos outros. A democracia parlamentar, incapaz de se unir nas suas relativas diversidades, acabou por comunicar às forças armadas «a sua ideologia partidária, fragmentista.» Continua o mesmo autor dizendo que, relativamente às motivações dos militares participantes no movimento, o exército que converge para Lisboa não é movido por qualquer ideologia política, porque, em primeiro lugar, o exército não possui uma ideologia próprio e, em segundo lugar, essa ideologia não existe ainda como realidade política, como a evolução política que se seguiu o demonstrou.⁹

Esta ideia anteriormente expressa por Eduardo Lourenço também é partilhada por Eduardo Freitas da Costa, que afirmou que o que motivou o exército, nas suas variadas ideologias e orgânicas, foi a revolta causada pela «caótica, ineficiente e pouco escrupulosa atividade dos partidos políticos», o que o autor chama de catalisador negativo, a Partidocracia.

Terá sido a recusa deste catalisador negativo e da sua encarnação no regime parlamentar que, pela sua incompetência, vazio doutrinário e não funcionamento prolongado, provocou esta revolução, tanto que nos finais de maio todo o país estava contra o Partido Democrático.¹⁰

Por fim, esta ideia é compartilhada por Aniceto Afonso, que afirma que o movimento não foi feito contra o Partido Republicano Português, o Partido Democrático, mas sim contra o demoliberalismo, a República e todos os partidos políticos. Esta situação levou a que houvesse uma transposição da repulsa pelo Partido Democrático para a classe política e para os partidos em geral.¹¹

No geral, todos os autores consultados consideram que o exército fez o golpe sem uma ideologia política que o guiasse, e que o fez apenas para derrubar o sistema político e as instituições que a apoiavam, sem ter em mente nenhum programa político. Para além disso, este

⁸ Cruz, Manuel Braga da (1985), *“A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”*, *Revista de História das Ideias*, nº7, p. 349

⁹ Lourenço, Eduardo (1975), *Os militares e o poder*, Lisboa, Arcádia, pp. 54-55

¹⁰ Costa, Eduardo Freitas da (1979), *História do 28 de Maio de Costa*, Lisboa, Templo, p. 150

¹¹ Afonso, Aniceto, (2007) “«28 de Maio» A conspiração e as justificações dos militares” em Torgal, Luís Reis et all (orgs.), *O 28 de Maio de 1926: contributos para uma reflexão*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 44-45

movimento militar tinha vários projetos opostos, pois a única coisa que os unia era o protesto contra o sistema partidário, os partidos, a ineficácia do Parlamento e a instabilidade governativa e o que motivou que o golpe se realizasse, segundo Eduardo Freitas da Costa, contra a partidocracia.

2.2 – Início do Movimento Militar

De forma sucinta, vejamos agora o desenrolar dos acontecimentos desencadeados pelo movimento militar. O movimento militar iniciou-se quando o grupo de militares que apoiava Gomes da Costa chegou ao Porto, na noite do dia 27 de maio, e nesse mesmo dia reúne-se com os oficiais responsáveis pelo levantamento na cidade. Em poucas horas decidem começar as operações¹²

Antes de avançar é importante referir que Gomes da Costa não é o líder imediatamente escolhido para a comandar a revolta militar. Mendes Cabeçadas convida primeiramente o general Alves Roçadas mas, apesar de este aceitar, morre no dia 28 de abril, o que levou a que tivesse de convidar o general Gomes da Costa para chefiar o movimento militar revoltoso.¹³

Perante o movimento das unidades militares há tentativas tanto de resistência, como de adesão ao golpe no norte do país¹⁴. O general Peres, comandante da 8.^a divisão, fiel ao governo, procura dissuadir de integrarem a revolta os oficiais das principais unidades da guarnição, mas ao constatar a impossibilidade de travar o movimento “por dentro”, dirige-se a Valença onde procura organizar forças para atacar os revoltosos de Braga. Aí apenas consegue organizar dois destacamentos mistos para atuar contra os revoltosos. Contudo, deslocando-se em marcha, só na noite de 29 poderiam alcançar Nine¹⁵. As colunas de David Rodrigues enviadas contra Gomes da

¹² Carrilho, Maria (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares em 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974*, Lisboa, INCM, p. 306

¹³ Rollo, Maria Fernanda, coord., (2013) *Dicionário de história da I república e do republicanismo*, Lisboa Assembleia da República, Vol. I, p. 463

¹⁴ Carrilho, Maria (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares em 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974*, Lisboa, INCM, p. 306

¹⁵ Carrilho, Maria (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares em 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974*, Lisboa, INCM, p. 306

Costa juntam-se a ele no dia 30¹⁶, quando começam já a chegar notícias do apoio militar que o movimento vai recolhendo. Apoios que se distribuem pelo país: a Marinha adere¹⁷, no dia 28 é a vez dos regimentos da guarnição de Viana de Castelo aderirem¹⁸, as divisões de Coimbra e Viseu colocam-se ao lado dos revoltosos, que também recebem indicação do apoio de outras unidades de Vila Real, Tomar, Évora¹⁹, Porto, Santarém, Lagos²⁰, Figueira da Foz, Mafra e Setúbal²¹

Outra tentativa de resistência por parte dos apoiantes do governo acontece quando o governo envia um comboio com uma coluna de marinheiros em direcção ao Porto, para reforçar as tropas de Sousa Dias. Contudo, o comboio foi intercetado em Setil e daí regressa a Lisboa. Esta operação falhada contribuiu para o descrédito do governo que perante a já notória falta de apoio militar, desacreditou-se «junto do sector constitucionalista do oficialato», o que levou os comandantes da Guarnição Militar de Lisboa a retirar o apoio às autoridades governativas, não querendo ver-se arrastados pela sua queda.²²

Em Lisboa, à semelhança do que acontece no Norte do país, também há precauções para o caso de ataque e, no dia 29, o governo ordena que no alto da Ajuda se instalasse a artilharia de Queluz para o caso de haver necessidade de defesa da capital.²³

No dia 30, uma companhia da Marinha comandada pelo capitão Agatão Lança embarcou para o Barreiro, para o caso de haver ataque dos revoltosos no sul do Tejo. À divisão, constituída pelos cruzadores «Adamastor» e «Carvalho Araújo» foi ordenado que ficasse no Funchal até novas ordens, tendo como possível destino Lisboa.²⁴

No mesmo sentido, o grupo de baterias a cavalo de Queluz esteve no alto da Ajuda, com ordens para deter um possível avanço sobre Lisboa, sendo que mais tarde, o grupo a cavalo foi

¹⁶ Rêgo, Raul (1986-1987b), *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. V, p. 19

¹⁷ Antunes, José Freire (1978), *A desgraça da república na ponta das baionetas*, Lisboa, Bertrand, p. 139

¹⁸ *A Capital*, 29 de Maio de 1926, p. 2

¹⁹ Carrilho, Maria (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares em 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974*, Lisboa, INCM, p. 306

²⁰ Rodrigues, António Simões (2007), *História de Portugal em datas*, Temas e Debates, 2007, p. 307

²¹ Brandão, Fernando de Castro (2011), *1ª república portuguesa: uma cronologia*, Saint Joseph Academic Press, p. 637

²² Carrilho, Maria (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares em 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974*, Lisboa, INCM, pp. 307-308

²³ *Novidades*, 29 de maio de 1926, p. 7

²⁴ *Novidades*, 30 de maio de 1926, p. 1

tomar posição na serra da Carregueira e na serra de Monsanto. Tinham tomado aí posição uma bateria de artilharia 3, infantaria 1 e cavalaria 2, juntamente com outras forças fiéis ao governo.²⁵

Relativamente à ocupação de infraestruturas por parte dos militares revoltosos, nos dias 28 ou 29 de maio, os oficiais instrutores e sargentos da infantaria 13, comandados pelo major Aurélio Cruz, tomaram conta da estação telégrafo-postal, dos caminhos-de-ferro e das repartições públicas.²⁶

No dia 28 de maio, em Viana de Castelo, às 16h50, soldados tomaram o controlo da estação de caminhos-de-ferro, ao mesmo tempo que as repartições públicas eram ocupadas.²⁷

Em Coimbra, as estações de correio e telégrafos, a estação de caminhos-de-ferro e o edifício do Governo Civil continuavam ocupados por forças militares.²⁸

No Entroncamento, a estação telégrafo-postal desta localidade, bem como, a direcção dos serviços ferroviários do Entroncamento, foram ocupadas militarmente. Neste último local foi montada uma secretaria do comando militar.²⁹

Enquanto no norte Gomes da Costa avançava, outros dirigentes do movimento, Mendes Cabeçadas e Ochoa, são presos em Santarém na madrugada do dia 28³⁰ «por polícia fiel ao governo»³¹, bem como Brito Pais e o alferes Lagrange da Silva³², quando se iam encontrar com Gomes da Costa³³. São libertados dias mais tarde, na madrugada do dia 30,³⁴ por ordem de Bernardino Machado, em troca de restaurarem o sistema político que estava em perigo.

Ainda na tarde do dia 27, Mendes Cabeçadas enviou uma carta a Bernardino Machado³⁵, presidente da República, datada de 27 de maio e recebida no dia seguinte³⁶. Nessa carta é exigido,

²⁵ *Diário de Notícias*, 30 de maio de 1926, p. 1

²⁶ *Comércio do Porto*, 30 de maio de 1926, p.1.

²⁷ *A Capital*, 29 de maio de 1926, p. 2.

²⁸ *Diário de Notícias*, 1 de junho de 1926, p. 1.

²⁹ *Diário de Notícias*, 2 de junho de 1926, p. 2.

³⁰ Rêgo, Raul (1986-1987b), *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. V, p. 18.

³¹ Telo, António José (1980), *Decadência e queda da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, p. 189.

³² Rêgo, Raul (1986-1987b), *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. V, p. 18.

³³ Santos, António Pedro Ribeiro dos (1999), *O Estado e a ordem pública: as instituições militares portuguesas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 252.

³⁴ Antunes, José Freire Antunes (1978), *A desgraça da república na ponta das baionetas*, Lisboa, Bertrand, p. 139.

³⁵ Antunes, José Freire Antunes (1978), *A desgraça da república na ponta das baionetas*, Lisboa, Bertrand, p. 139.

³⁶ Rollo, Maria Fernanda, coord., (2013), *Dicionário de história da I república e do republicanismo*, Lisboa, Assembleia da República, Vol. I, p. 463

em nome das forças armadas, um governo extrapartidário, formado por republicanos que merecesse a confiança do país³⁷.

Na madrugada do dia 27 para o dia 28, a norte, o movimento militar iniciou as movimentações por todo o país com sucesso apesar das tentativas do governo de impedi-los, tanto aí como em Lisboa.

2.3 – Queda do governo de António Maria da Silva e a formação de novo governo

A queda do governo de António Maria da Silva é vista por vários autores de forma concordante. Começamos pela interpretação histórica de Manuel Braga da Cruz, que diz que o governo facilitou as intenções de Bernardino Machado porque vê como impossível parar o avanço do movimento militar, facto justificado pelo apoio que este consegue junto da opinião pública, o apoio militar que o movimento obtém por todo o país, bem como o apoio que consegue das guarnições de Lisboa, na tarde do dia 29 de maio.³⁸

Segundo Luís Farinha, no dia 30 de maio, vendo a impossibilidade de parar os militares revoltosos do Norte, o governo de António Maria da Silva demitiu-se de modo a facilitar a ação política da facção comandada por Mendes Cabeçadas³⁹. Por outro lado, Joel Serrão e Oliveira Marques afirmam que só nas últimas horas do dia 29 de maio o governo se resignou, e desistiu de resistir ao este movimento militar ao se aperceber que as unidades militares não lhe obedeciam.⁴⁰

Após a demissão do governo, Bernardino Machado decide também ele demitir-se e passar o poder para Mendes Cabeçadas. Este aceita o convite de Bernardino Machado, entrando ao meio-dia na Presidência da República e saindo pouco depois, às treze horas, como Presidente da República e detentor de todas as pastas.⁴¹

³⁷ Antunes, José Freire Antunes (1978), *A desgraça da república na ponta das baionetas*, Lisboa, Bertrand, p. 139

³⁸ Cruz, Manuel Braga da (1985), “A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº7, p. 351

³⁹ Farinha, Luís (2007) “ «Cavaleiros da Pátria» Os liberais e a transição pactuada (1925-1929) ” em Luís Reis Torgal et al (orgs.), *O 28 de Maio de 1926: contributos para uma reflexão*, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 57

⁴⁰ Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques, dir., (1991), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, Vol. I, p. 738

⁴¹ Rêgo, Raul (1986-1987b), *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. V, p. 19

As razões para esta transferência de poder por parte de Bernardino Machado são interpretadas por vários autores. Vejamos três autores que convergem na interpretação.

Começemos pela interpretação de Luís Farinha. Para este autor, Bernardino Machado resistiu às exigências dos revoltosos enquanto o governo se mostrou capaz de dominar a situação. Mas depois, quando tal deixou de acontecer, Mendes Cabeçadas foi libertado por sua ordem, de modo a que este pudesse manter a república.⁴²

Na mesma linha interpretativa da tentativa da continuidade do regime, Maria Carrilho afirma que Bernardino Machado, apercebendo-se que o movimento militar «não é de inspiração unívoca», tenta manter a república, conferindo legitimidade à facção representada por Mendes Cabeçadas.⁴³

Na mesma corrente de opiniões, Luís Bigote Chorão afirma que o Presidente da República se agarra à Constituição e que a formalização da transmissão de poderes assim o indicava. A intenção de Bernardino Machado era confiar o poder a quem, prestando garantias de respeito essencial pelas instituições republicanas, assegurasse a sua continuidade.

Mas o que foi significativo, e contra o qual a Constituição não tinha hipóteses, foi a força e a autoridade com que Cabeçadas confrontou Bernardino Machado na sua carta do dia 27 de maio, que fez com que este demitisse o governo de António Maria da Silva.⁴⁴

Por fim, António Reis diz que Bernardino Machado entrega o governo a Cabeçadas com a esperança de os militares regressassem aos quartéis. Mas no dia seguinte, reconhecendo que tal não sucederá, demite-se.⁴⁵

Após a saída de Bernardino Machado e a sua substituição por Mendes Cabeçadas forma-se o seguinte governo: a Presidência e as pastas da Justiça, Finanças, Marinha e Comércio são entregues a José Mendes Cabeçadas Júnior; as pastas do Interior, Estrangeiros e Instrução são

⁴² Farinha, Luís (2007) “ «Cavaleiros da Pátria» Os liberais e a transição pactuada (1925-1929) ” em Luis Reis Torgal *et all* (orgs.), *O 28 de Maio de 1926: contributos para uma reflexão*, Biblioteca Nacional de Portugal, p. 57

⁴³ Carrilho, Maria (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares em 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974*, Lisboa, INCM, pp.307-308, pp. 307-308

⁴⁴ Chorão, Luís Bigotte (2010), *A crise da República e a ditadura militar*, Lisboa, Sextante, 2ª ed, p. 186

⁴⁵ Reis, António (1990), *Portugal contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, Vol. III, p. 84

entregues a Armando Humberto de Gama Ochoa; as pastas da Guerra, Colónias e Agricultura são entregues a Manuel de Oliveira Gomes da Costa.⁴⁶

Além disso, foram feitas detenções de militares que, segundo o jornalista do jornal *A Capital*, não teriam aderido ao movimento: o general e comandante da 6.^a divisão, Anibal Botelho; o Tenente-coronel e chefe do Estado-Maior Telo; o capitão e subchefe do Estado-Maior Cabral Sampaio; o Major e comandante da infantaria 13, Fernando Varão; o Tenente e ajudante do general Nunes.⁴⁷

Para ajudar a pagar as despesas dos movimentos militares, o jornal *O Século*, de 5 de junho de 1926, anunciava que iam ser abertos créditos extraordinários que atingem a quantia de cerca de 20.000 contos para os Ministérios da Guerra e da Marinha, destinados ao pagamento das despesas efetuadas com o movimento de 29 de maio e outros e a efetuar com o objetivo de assegurar a manutenção da ordem pública.⁴⁸

A queda das instituições republicanas tem o seu primeiro sinal aquando do encerramento do Parlamento que fechou portas no dia 31 de maio, primeiro os trabalhos parlamentares e de seguida encerra-se o edifício onde funcionava o Parlamento⁴⁹, por ordem do tenente Carlos Vilhenas que mandou para o local unidades militares com essa missão.⁵⁰

Este episódio é descrito pela imprensa com maior detalhe. Segundo o jornal *O Século* teria ocorrido da seguinte forma: às 14 horas, o largo das Cortes, onde se encontrava o Senado e a Câmara dos Deputados, estava abandonado, permanecendo apenas dois automóveis e uma força da polícia, sob o comando do chefe Amadeu Filipe que assegurava o serviço de vigilância.

Às 15:15h, chegou aí um esquadrão de cavalaria da Guarda Nacional Republicana que se dirigiu depois para o largo de São Bento, por detrás da parte do edifício onde então funcionava o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Depois foi ordenado ao comandante que fazia a guarda

⁴⁶ Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques, coord., (1991), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, Vol. I, p. 739

⁴⁷ *A Capital*, 3 de junho de 1926, p. 2

⁴⁸ *O Seculo*, 5 de junho de 1926, p. 1

⁴⁹ Carrilho, Maria (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares em 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974*, Lisboa, INCM, pp.307-308, pp. 307-308

⁵⁰ Madureira, Arnaldo (1978), *O 28 de Maio: elementos para a sua compreensão*, Lisboa, Presença, p. 138 e Telo, António José (1980), *Decadência e queda da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, p. 199

que, por ordem do Ministério da Guerra, se fechassem os portões do edifício e que se mandassem sair do mesmo, os parlamentares ou qualquer outra pessoa que aí se encontrasse.⁵¹

O esquadrão de cavalaria da Guarda Nacional Republicana que para ali foi enviado tinha como tarefa dispersar os possíveis ajuntamentos no largo das Cortes ⁵². Depois de encerradas as sessões nas duas casas do Parlamento, o esquadrão de cavalaria retirou-se.⁵³

Como referido, após a queda do governo de António Maria da Silva devido à impossibilidade de parar o movimento militar revoltoso, Bernardino Machado, na tentativa de manter a República, demite-se e transfere o poder para Mendes Cabeçadas. Este toma a responsabilidade de formar um novo governo que não acabasse com o regime, embora a queda da República tenha o sinal do seu fim quando o Parlamento (os trabalhos parlamentares e o edifício onde estes funcionavam) é forçado a fechar portas no dia 31 de maio e 1926.

2.4 – Os Triunviratos e a queda do poder de Mendes Cabeçadas

Após se formar o novo governo chefiado por Mendes Cabeçadas, surgem divergências entre Cabeçadas e Gomes da Costa, logo no dia 10 de junho. Gomes da Costa ameaça avançar sobre Lisboa, mas acaba por se reunir com Cabeçadas e Gama Ochoa onde criam um triunvirato⁵⁴. Contudo, Gomes da Costa⁵⁵, que reunia as opções e as aspirações de hegemonia dos setores militares e civis mais conservadores⁵⁶, não fica satisfeito e resolve marchar para Lisboa para fazer exigências⁵⁷, nomeadamente sobre a presença de Gama Ochoa e a ausência de Óscar Fragoso Carmona.⁵⁸

⁵¹ *O Seculo*, 1 de junho de 1926, p. 1

⁵² Santos, António Pedro Ribeiro dos (1999), *O Estado e a ordem pública: as instituições militares portuguesas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 252

⁵³ *O Seculo*, 1 de junho de 1926, p. 1

⁵⁴ Campinos, Jorge (1975), *A ditadura militar 1926/1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 55-60

⁵⁵ Cruz, Manuel Braga da (1985), “A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº7, pp. 352-353

⁵⁶ Rodrigues, António Simões (2007), *História de Portugal em datas*, Temas e Debates, 2007, p. 307

⁵⁷ Cruz, Manuel Braga da (1985), “A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº7, pp. 352-353

⁵⁸ Rodrigues, António Simões (2007), *História de Portugal em datas*, Temas e Debates, 2007, p. 307

Gomes da Costa chega, no dia 3 de junho, às portas de Lisboa com tropas do Norte, do Alentejo e de Sacavém, obrigando Cabeçadas a novo encontro, do qual resulta um novo triunvirato desta vez feito em Sacavém.⁵⁹

Este novo triunvirato governativo é constituído por Gomes da Costa como ministro da Guerra e das Colónias-; Mendes Cabeçadas como ministro da Presidência e do Interior; Óscar Fragoso Carmona como ministro dos Negócios Estrangeiros; Jaime Afreixo como ministro da Marinha-; Abílio Valdez de Passos e Sousa como ministro do Comércio e Comunicação; Felizberto Alves Pedrosa como ministro da Agricultura; Joaquim Mendes de Remédios como ministro da Instrução Pública; Manuel Rodrigues Junior como ministro da Justiça e dos Cultos; António de Oliveira Salazar como ministro das Finanças-.⁶⁰

Mas este novo elenco governativo não agrada a ninguém, acentuando-se a divisão entre Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa quando, a 4 de junho, uma lei elaborada durante a I República é promulgada pelo comandante Cabeçadas, que confere uma pensão a um certo número de «revolucionários» civis e militares que participaram no derrubamento da monarquia a 5 de Outubro de 1910.

Relativamente às divergências entre Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas há vários historiadores que realçam a dicotomia entre os dois, o afastamento das ideologias que representavam e dos respetivos apoios e ideais políticos. Todos os autores consultados consideram que o bloco de Mendes Cabeçadas permitiria a continuidade do regime, enquanto o de Gomes da Costa significava a ruptura com o sistema em vigor, com exceção de Aniceto Afonso que considera haver uma opinião unânime dentro do exército de que se devia procurar as soluções fora dos partidos.

Começando por Manuel Braga da Cruz, este afirma que o primeiro dilema surgiu com o conflito, após a vitória do movimento militar, e é personificado pelas duas principais figuras deste movimento. Afirma que este novo governo é de compromissos e não é coeso, espelhando a luta entre as duas tendências do movimento e os problemas que existiam eram mais políticos do que administrativos⁶¹, girando em torno da alternativa «reforma ou revolução». Considera que logo

⁵⁹ Cruz, Manuel Braga da (1985), “A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº7, pp. 352-353

⁶⁰ Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques (1991), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, Vol. I, p. 739

⁶¹ Cruz, Manuel Braga da (1985), “A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº7, pp. 352-353

desde o início se coloca o dilema «continuidade ou ruptura» do sistema político, da Constituição e do regime. A primeira solução era personificada por Mendes Cabeçadas e a segunda alternativa era encabeçada por Gomes da Costa.⁶²

Continuando na mesma linha interpretativa, Pedro Ribeiro dos Santos defende que as condições para Cabeçadas exercer o poder eram frágeis e mínimas. Apesar de ser um militar considerado pela opinião pública como honesto e patriótico, estava comprometido com o poder político na medida em que tinha ocupado cargos partidários, ingressara na ULR e participara no movimento de lançamento nacional do novo partido, e, principalmente porque tinha pactuado com o presidente Bernardino Machado, comprometendo-se pela continuidade do regime liberal e dos partidos. Contudo, foi obrigado a partilhar o poder desde o início com uma direita que não queria a continuidade do regime.⁶³

Por fim, segundo Aniceto Afonso, a maior parte do exército apoiava uma solução fora dos partidos, e por isso todas as soluções não-militares foram transformadas em traições ao espírito e aos objetivos com que se iniciou o movimento militar de 28 de maio. É esta tendência que não permite vingar as soluções apresentadas por Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa.⁶⁴

Após se formar este novo governo, continuam as divergências entre Cabeçadas e Gomes da Costa. Este último, não ficando satisfeito com a primeira solução governativa, ameaça militarmente, mas Mendes Cabeçadas organiza um novo executivo em que inclui Gomes da Costa. Mas as divergências não acabam e as condições para Mendes Cabeçadas exercer o seu cargo eram exíguas, Enquanto Mendes Cabeçadas representava a continuidade do sistema político, por outro lado, Gomes da Costa representava a rutura com este sistema.

⁶² Cruz, Manuel Braga da (1985), “A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº 7, pp. 347-348

⁶³ Santos, António Pedro Ribeiro dos (1999), *O Estado e a ordem pública: as instituições militares portuguesas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pp. 251-252

⁶⁴ Afonso, Aniceto, (2007) “ «28 de Maio» A conspiração e as justificações dos militares” em Torgal, Luís Reis *et all* (orgs.), *O 28 de Maio de 1926: contributos para uma reflexão*, Biblioteca Nacional de Portugal, pp. 44-45

2.5 – Afastamento de Mendes Cabeçadas e o triunfo de Gomes da Costa

Mendes Cabeçadas é afastado do poder na madrugada do dia 17 para 18 de junho, quando unidades militares afetas a Gomes da Costa ocupam infraestruturas de comunicação e posições estratégicas em redor da cidade de Lisboa e no seu interior. Cabeçadas vendo-se sem apoio, demite-se no dia 18 de junho e, no dia seguinte, passa o poder para Gomes da Costa.

O golpe que derrubou Mendes Cabeçadas foi um ataque, em tenaz, lançado sobre Lisboa em que as tropas se deslocaram ao longo do terreno que ia de Sacavém a Queluz, passando por Lumiar e por Carnide.⁶⁵

O quartel-general foi instalado na Portela, muito embora o centro de operações ainda funcionasse em Sacavém. Nesse mesmo dia, ficou resolvida a situação do centro de operações e, nesse sentido, a Portela ficou apenas como um ponto de apoio para o avanço dos militares, encontrando-se também ali uma bateria de obuses apoiada pela infantaria 2.⁶⁶

Este movimento começou no dia 18 quando, às três da madrugada, Gomes da Costa chegou a Sacavém, ordenando às forças militares que ocupassem pontos estratégicos⁶⁷ e mais tarde, às 8h30, todas as tropas numa acção comum iniciaram a marcha sobre Lisboa, em direcção ao Campo Grande. Pouco tempo depois, Gomes da Costa dava a ordem para as tropas se encontrarem nos arredores de Lisboa.⁶⁸

Foi na sequência desta ordem de posicionamento estratégico dos militares, que o destacamento n.º 1 de Sacavém ocupou o sítio do Desterro, estendendo-se ainda uma linha que ia até á Portela. O destacamento n.º 2, da Ameixoeira, estabeleceu uma linha desde o sítio de Freire de Carnide.⁶⁹

No mesmo sentido, foi ordenado que o Parque Eduardo VII fosse ocupado de manhã, e até às 14h continuava ocupado, por 2 companhias do 3.º batalhão de infantaria 2, acompanhadas de 4 metralhadoras e comandadas, respetivamente, pelos capitães Bernardo e Vidigal, sob o comando

⁶⁵ Madureira, Arnaldo (1978) *O 28 de Maio: elementos para a sua compreensão*, Lisboa, Presença, pp. 31-34

⁶⁶ *Novidades*, 18 de junho de 1926, p. 1

⁶⁷ Madureira, Arnaldo (1978) *O 28 de Maio: elementos para a sua compreensão*, Lisboa, Presença, pp. 31-34

⁶⁸ *Novidades*, 18 de junho de 1926, p. 1

⁶⁹ Madureira, Arnaldo (1978) *O 28 de Maio: elementos para a sua compreensão*, Lisboa, Presença, pp. 31-34

superior do major Lobo da Costa. Destas companhias, foram destacadas vedetas à volta das terras do parque, tendo sido dado ordem para não deixarem aproximar-se ninguém.

Na mesma senda de ordens, as seguintes unidades ocupavam ou foram ocupar as seguintes posições. A Rotunda foi ocupada pelo batalhão de sapadores de caminhos-de-ferro, comandado pelo tenente-coronel Raul Esteves, por um grupo de metralhadoras sob o comando do capitão Jaime Baptista e pela Infantaria 2.⁷⁰ No castelo de S. Jorge encontrava-se o batalhão de infantaria 16. O destacamento n.º 2, da Ameixoeira, ocupou uma linha que ia desde Freire a Telheiras, estando uma força a guarnecer a estrada de Carnaxide.

O destacamento da 8.º divisão, que se encontrava em Queluz composto por contingentes da infantaria 3, 8, 20 e 29, 8.º grupo de metralhadoras, artilharia 5 e o grupo de baterias de artilharia a cavalo, sob o comando do coronel Passos Ribeiro, às 14 horas deixou o acampamento e dirigiu-se para tomar posição em Monsanto.

Uma força de 300 praças da Aviação, às 10:30h, comandadas pelo tenente Pires, foi tomar posição na estrada das Damaia.⁷¹ As forças de Sacavém ocuparam a estrada que vai do Areeiro até ao Poço do Bispo, onde foram postas em bateria os obuses da artilharia de Castelo Branco, comandadas pelo coronel Mousinho de Albuquerque.

No alto da Portela de Sacavém também foram colocadas duas bocas-de-fogo.

Soldados da artilharia 3 puseram-se na Calçada da Ajuda e nas embocaduras das ruas próximas para não permitir nenhuma circulação⁷². Estes soldados faziam parte da força militar que ocupava a estação dos telefones de Benfica, não sendo permitido o acesso a pessoas ou veículos naquela calçada.⁷³

A Penha de França foi ocupada por sapadores mineiros. A Cavalaria 4 acampou no Casal Vistoso, perto do Areeiro. As forças que estavam em Sacavém, o 15 e 22 de infantaria, ocuparam Pisa-Pimenta. O 7.º grupo de metralhadoras ocupou a Quinta da Trindade, na Portela. A artilharia de montanha e a artilharia 8, que estavam na Quinta do Pinheiro, foram tomar posições para a serra de Monsanto.⁷⁴

⁷⁰ *A Capital*, 17 de junho de 1926, p. 1

⁷¹ *Novidades*, 18 de junho de 1926, p. 1

⁷² *A Capital*, 17 de junho de 1926, p. 1

⁷³ *A Capital*, 17 de junho de 1926, p. 1 e *O Seculo*, 18 de junho de 1926, p. 6

⁷⁴ *Novidades*, 18 de junho de 1926, p. 1

Perante o fecho da Escola Militar, todo o pessoal, incluindo os alunos, foram transferidos para o pátio do Thorel⁷⁵ e, no dia seguinte, o pátio do Torel e o Campo de Santana estavam ocupados pelo pessoal da Escola Militar.⁷⁶

Relativamente à ocupação de infraestruturas de comunicações por parte dos militares revoltosos, pode-se dizer que a estação dos telefones de Benfica foi ocupada às 11h por uma força de infantaria comandada pelo alferes Temudo. Na rua Alves Correia o edifício dos correios foi ocupado pela infantaria 1. A 3.ª secção dos correios do Terreiro do Paço foi mandada evacuar e foi ocupada militarmente por forças da Infantaria 16. No mesmo sentido, a estação telegráfica de Belém também foi ocupada militarmente.⁷⁷ No Lumiar a estação de telefones foi ocupada por volta das 6 horas e na rua dos Retroseiros, a estação telegráfica central e dos telefones foram ocupadas por uma força de Infantaria 16.⁷⁸ A central telegráfica de Lisboa já tinha sido ocupada por uma força de infantaria 16, e teve, à tarde, um reforço de 20 homens vindos da Administração Militar, sendo que nesta estação só era permitida a entrada dos seus trabalhadores, não sendo permitido que pessoal substituto lá trabalhasse.⁷⁹ No dia 19 de junho, as estações telefónicas permanecem ocupadas militarmente.⁸⁰

Após este movimento militar, Cabeçadas demite-se no dia 18 de junho e no dia seguinte passa o poder para Gomes da Costa.⁸¹, pelo decreto n.º 11 738 do mesmo dia.⁸²

O derrube do poder de Mendes Cabeçadas é visto por vários autores como a rutura com o sistema política até ai em vigor e a implantação de uma ditadura. Começando por Arnaldo Madureira, que afirma que com o afastamento de Cabeçadas, atingia-se não só o funcionamento das instituições republicanas, mas, no fundamental, a natureza destas instituições.⁸³

⁷⁵ *A Capital*, 17 de junho de 1926, p. 1

⁷⁶ *Novidades*, 18 de junho de 1926, p. 1

⁷⁷ *O Seculo*, 18 de junho de 1926, p. 2

⁷⁸ *A Capital*, 17 de junho de 1926, p. 1

⁷⁹ *O Seculo*, 18 de junho de 1926, p. 6

⁸⁰ *Jornal de Noticias*, 19 de junho de 1926, p. 2

⁸¹ Serrão, Joaquim Veríssimo Serrão (1997), *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, Vol. XVIII, pp. 161-162

⁸² Rodrigues, António Simões (2007), *História de Portugal em datas*, Temas e Debates, 2007, p. 308

⁸³ Madureira, Arnaldo (1978) *O 28 de Maio: elementos para a sua compreensão*, Lisboa, Presença, p. 17

Esta ideia é partilhada por Maria Carrilho, que afirma que com o afastamento de Mendes Cabeçadas, os resquícios de constitucionalismo são apagados e as preocupações dos republicanos relativamente à concretização de uma ditadura são confirmadas com a instituição da censura.⁸⁴

Por fim, esta ideia é continuada por Manuel Braga da Cruz, quando afirma que no dia 17 de junho se concretiza a rutura constitucional e instaura-se a Ditadura⁸⁵, confirmada com as prisões de alguns dirigentes partidários, como Helder Ribeiro, Álvaro Poppe, Álvaro de Castro, Sá Cardoso, Dias Ferreira, realizadas nos finais desse mês de junho, a que, porém, conseguiu escapar José Domingues dos Santos.⁸⁶

Com Gomes da Costa no poder é constituído um novo governo formado cuja formação foi a seguinte: Gomes da Costa na Presidência e pasta do Interior e Guerra; António Claro na pasta do Interior; Manuel Rodrigues Júnior na pasta da Justiça; Filomeno da Câmara Melo Cabral na pasta das Finanças; Jaime Afrexo na pasta da Marinha; Óscar Carmona e depois Martinho Nobre de Melo na pasta dos Estrangeiros; Abílio Passos e Sousa na pasta do Comércio; Gama Ochoa e depois João de Almeida na pasta das Colónias; Artur Ricardo Jorge na pasta da Instrução; Felizberto Alves Pedrosa na pasta da Agricultura.⁸⁷

O corte com a República estava consolidado e esta seria substituída por uma ditadura.

⁸⁴ Carrilho, Maria (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares em 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974*, Lisboa, INCM, pp. 315-316

⁸⁵ Cruz, Manuel Braga da (1985), “A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº7, p. 353

⁸⁶ Cruz, Manuel Braga da (1985), “A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº7, p. 354

⁸⁷ Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques, coord., (1991), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, Vol. I, p. 739

2.6 – Queda do poder de Gomes da Costa

A queda de Gomes da Costa começa no dia 6 de julho de 1926 e tem o seu desfecho último, quando, no dia 5 de julho, o jesuíta Sousa Perez estranha que tenha sido promulgado um decreto do Ministério da Justiça sobre questões eclesiásticas sem o seu acordo prévio⁸⁸.

Perante este ato de Gomes da Costa, Sousa Perez manda uma reclamação a Gomes da Costa que afirma a sua ignorância nessa matéria e marca uma reunião do Gabinete para o dia seguinte, com o objetivo de resolver o caso.

Nessa reunião, Sousa Perez encontra a sua posição reforçada por Manuel Rodrigues, Óscar Carmona, António Claro e Gama Ochoa. Gomes não só defende Sousa Perez como também afasta os ministros que se lhe opuseram⁸⁹, sendo que todos os outros ministros, excluindo Filomena da Câmara, ficaram solidários com estes três e pediram a demissão.⁹⁰

Este incidente provoca uma remodelação do governo⁹¹ e Gomes da Costa guarda para si próprio a pasta do Interior⁹², logo se apressando a nomear os novos ministros: o coronel João de Almeida vai para o Ministério das Colónias, enquanto Martinho Nobre de Melo vai para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.⁹³

Esta decisão não apenas hostiliza o próprio governo mas também uma forte posição das Forças Armadas e no qual Carmona tinha fortes apoios.⁹⁴

No dia 8 de julho, o Exército responde a este acidente com a vinda ao palácio de Belém dos principais comandos, acompanhados por Sinel de Cordes e Raul Esteves: o general Luís Domingues, comandante militar de Lisboa, e os coronéis Valadas e Mouzinho de Albuquerque, comandantes do GNR e das tropas ainda concentradas em Sacavém. Estes manifestam-se contra

⁸⁸ Telo, José Telo (1980), *Decadência e queda da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, p. 189

⁸⁹ Telo, António José (1980), *Decadência e queda da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, p. 221

⁹⁰ Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. VII, p. 163

⁹¹ Telo, António José (1980), *Decadência e queda da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, p. 221

⁹² Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. VII, p. 163

⁹³ Telo, António José (1980), *Decadência e queda da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, p. 221

⁹⁴ Carrilho, Maria Jesuína Carrilho (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares em 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974*, Lisboa, INCM, pp. 315-316

as demissões realizadas por Gomes da Costa e exigem que Gomes da Costa se demita. Perante estas exigências ⁹⁵, Luís Domingues, Valadas e Albuquerque pedem a sua demissão.⁹⁶

De seguida, Gomes da Costa tenta angariar apoios nos quartéis de Lisboa e Amadora, mas, no dia 8 de julho, não tinha conseguido um único regimento que o apoiasse⁹⁷. No dia seguinte, os militares que iriam derrubar o governo de Gomes da Costa começam a movimentar-se com as forças de cavalaria 2. Outras forças militares seguem com o mesmo propósito, como as forças de artilharia 3 que ocupavam os Montes Claros, e outras forças tomaram posições na serra de Monsanto

Perto do meio-dia, apareceu no Governo Civil, uma força de 200 praças da infantaria 2 com duas metralhadoras comandadas pelo major Costa Lobo⁹⁸. Este, logo de seguida, assumiu o comando da polícia e mandou fechar as repartições e dependências do edifício, mandando também, retirar todas as pessoas exceto os repórteres.

O major também ordenou que as embocaduras das ruas que davam acesso ao edifício do Governo Civil fossem ocupadas militarmente e fechadas, de modo a que não passassem ou permanecessem qualquer pessoa, exceto aos jornalistas e aos moradores dos prédios que aí se encontravam.⁹⁹

No mesmo sentido, a ocupação de infraestruturas governamentais e militares por parte dos militares revoltosos começa no dia 9 de julho, quando os ministérios foram ocupados por uma força de infantaria 16, comandados pelo major Curado. O Arsenal da Marinha foi ocupado por forças da Armada, sendo aí içada a bandeira nacional.¹⁰⁰

Perante estes movimentos militares e a falta de apoio militar, Gomes da Costa refugia-se no palácio de Belém¹⁰¹ e, na madrugada do dia 9 de julho, é decidida a demissão de Gomes da Costa das suas funções e ordenada a sua prisão no Palácio de Belém.¹⁰² O palácio é cercado especificamente por forças da cavalaria 2, comandadas pelo capitão Machado e Ribeiro¹⁰³. Estas

⁹⁵ Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. VII, p. 163

⁹⁶ Carrilho, Maria (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares em 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974*, Lisboa, INCM, pp. 315-316

⁹⁷ Campinos, Jorge (1975), *A ditadura militar 1926/1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 60

⁹⁸ *Novidades*, 10 de julho de 1926, p. 1

⁹⁹ *Novidades*, 10 de julho de 1926, p. 1

¹⁰⁰ *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1926, p. 1

¹⁰¹ Campinos, Jorge (1975), *A ditadura militar 1926/1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 60

¹⁰² Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. VII, p. 163

¹⁰³ *Novidades*, 10 de julho de 1926, p. 1

forças estabeleceram vedetas nas proximidades, para o caso da ocorrência de ataque das unidades aquarteladas em Queluz que, de começo, se pensava serem contrárias a este movimento militar.¹⁰⁴

Ainda existe uma tentativa de resistência por parte do capitão Sousa Franco que, logo que soube dos movimentos militares que se estavam a realizar, dirigiu-se ao quartel das Mouras, no Lumiar, onde se encontrava uma força da Escola de Mafra (que estava sob o seu comando), composta por oitenta homens com 12 metralhadoras. Depois apareceu nesse local, um pelotão da cavalaria da GNR e outro pelotão da cavalaria 2, que pretendiam falar com o capitão Franco. Logo que souberam das intenções deste, juntaram-se e dirigiram-se ao quartel, colocando as metralhadoras em posição e convidando a Cavalaria a retirar-se.

Depois de uma conferência entre Franco e os seus oficiais, Sousa Franco enviou o tenente Baltazar a várias unidades militares para comunicar que só se renderia se houvesse uma ordem direta de Gomes da Costa.

Às 5 horas, vedetas informaram Sousa Franco que uma força de cavalaria e uma de infantaria, composta por cerca de 500 homens, avançavam para atacar o quartel. O tenente João Pedro Carvalho e alguns oficiais chegaram depois para oferecerem os seus serviços ao capitão Franco.

Cerca das 5:30h, perante a chegada ao Campo Grande de uma grande força de cavalaria da GNR e outra do Exército, que seguia pela Alameda das Linhas de Torres, as metralhadoras do quartel de Moiras disparam embora não houvesse quaisquer feridos.

Até às 6:30h, o capitão Franco manteve a sua posição de só se render caso houvesse uma ordem do presidente do Ministério nesse sentido e, mais a tarde, o capitão Zaide, das forças de Sacavém, conversou com Franco. Este último disse-lhe que não queria lutar contra os seus colegas, mas que não se renderia sem ser por ordem de Gomes da Costa.

Às 6:45h, chegaram ao quartel os tenentes Balthazar e Murias com a ordem de Gomes da Costa para que este aquartelado se rendesse. Assim, a rendição ocorreu sem qualquer incidente.¹⁰⁵

Por outro lado, em Belém, após o cerco, o capitão Machado e Ribeiro comunicou ao comandante da guarda do Palácio que Gomes da Costa se devia considerar preso¹⁰⁶ e às três da

¹⁰⁴ *Diário de Notícias*, 10 de julho de 1926, p. 1

¹⁰⁵ *Comércio do Porto*, 10 de julho de 1926, pp. 4-5

¹⁰⁶ *Novidades*, 10 de julho de 1926, p. 1

manhã, é conduzido ao Forte de Caxias¹⁰⁷, acompanhado apenas pelo ajudante, o tenente Herculano Moura.¹⁰⁸

De Caxias, Gomes da Costa é transportado para a cidadela de Cascais¹⁰⁹. Enquanto estava preso podia receber pessoas da família se estas tivessem um salvo-conduto emitido pelo Ministério da Guerra.¹¹⁰

Gomes da Costa é exilado, a 11 de julho de 1926, para os Açores, em Angra de Heroísmo¹¹¹, onde também lhe é fixada residência¹¹². Parte no navio cruzador «Carvalho Araújo»¹¹³ e foi acompanhado até ao porto de Cascais pelo ministro da Guerra, o general Parreira, embarcando então no «Carvalho de Araújo».

Este navio partiu do poro às 10:30 de Lisboa¹¹⁴ e ainda, nesse mesmo dia, ao general Óscar Carmona é atribuído o cargo de Presidente do Ministério.¹¹⁵

Num curtíssimo período de tempo, era mais uma movimentação militar que ocorria e outra alteração governativa que se concretizava. De facto, após os iniciais movimentos militares revoltosos de 28 de maio de 1926, a falta de estabilidade no governo, as permanentes voltas e reviravoltas, foram uma característica dos tempos então vividos.

¹⁰⁷ Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. VII, p. 163

¹⁰⁸ Rêgo, Raul (1986-1987b), *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. V, pp. 69-70

¹⁰⁹ Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. VII, p. 163

¹¹⁰ *Novidades*, 12 de julho de 1926, p. 1

¹¹¹ Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. VII, p. 163

¹¹² Rodrigues, António Simões (2007), *História de Portugal em datas*, Temas e Debates, 2007, p. 307

¹¹³ Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. VII, p. 163

¹¹⁴ *Novidades*, 12 de julho de 1926, p. 1

¹¹⁵ Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. VII, p. 163

3 – O MOVIMENTO MILITAR DE 28 DE MAIO DE 1926 NA IMPRENSA DA ÉPOCA

3.1 – Limitações à liberdade de expressão

A conjectura da imprensa em Portugal não é positiva e, como refere José Miguel Sardica, o país tinha uma estrutura de mercado jornalístico muito fragmentado, com um elevado número de publicações que vendiam, na sua esmagadora maioria, pouco, e que duravam também pouco tempo, sendo inúmeros os títulos que não excediam a duração de algumas semanas ou meses. Mais de dois terços dos jornais portugueses eram mensais, semanários ou bissemanários¹¹⁶ ao contrário dos jornais diários.¹¹⁷

Neste sentido, ao verificar o número de jornais existentes em Lisboa e no Porto, verifica-se um grande desequilíbrio em termos geográfico da implantação da imprensa. Estas duas cidades juntas, no início do século XX, detinham 42% de todos os títulos de Imprensa e uns três quartos de todos os jornais diários (27 dos 37 existentes em 1926). Fora delas, só Braga¹¹⁸ com o *Ecos do Minho* que depois prosseguiu como *Diário do Minho*, e, por fim, *Correio do Minho*¹¹⁹, Coimbra¹²⁰, com o *Diário de Coimbra*¹²¹, Évora¹²², com o *Notícias d'Évora*¹²³, e as capitais insulares, Funchal, Ponta Delgada, Angra e Horta, tinham imprensa diária¹²⁴.

As transformações tecnológicas alteraram a forma de como se faziam os jornais. Para isso contribuiu o telégrafo, o telefone, as correspondências, os jornais estrangeiros e os noticiários de

¹¹⁶ Ramos, 2001 e Marques, 1991, apud Sardica 2014, p. 346

¹¹⁷ Marques, 1997, apud Sardica, 2014, p. 346

¹¹⁸ Ramos, 2001, e Marques, 1997, apud Sardica 2014, p. 346

¹¹⁹ Barreto, António e Maria Filomena Mónica (1999) *Dicionário da história de Portugal*, Vol. VIII, 1ª ed., p. 245

¹²⁰ Ramos, 2001, e Marques, 1997, apud Sardica 2014, p. 346

¹²¹ Barreto, António e Maria Filomena Mónica (1999) *Dicionário da história de Portugal*, Vol. VIII, 1ª ed., p. 245

¹²² Ramos, 2001, e Marques, 1997, apud Sardica. 2014, p. 346

¹²³ Barreto, António e Maria Filomena Mónica (1999) *Dicionário da história de Portugal*, Vol. VIII, 1ª ed., p. 245

¹²⁴ Ramos, 2001, e Marques, 1997, apud Sardica 2014, p. 346

agência, particularmente a francesa *Havas* instalada na Casa Havaneza, ao Chiado¹²⁵, bem como a melhoria dos transportes, sobretudo os ferroviários, e das comunicações postais¹²⁶

Focando o estabelecimento da censura à Imprensa, segundo Joaquim Cardoso Gomes, esta começa com a instauração em Portugal da ditadura militar, em 28 de maio de 1926, e vai dar início a um novo ciclo de relacionamento entre o poder do Estado e a Imprensa, embora a censura prévia, aplicada em junho de 1926, só venha a aparecer consagrada em diploma legislativo pelo decreto-Lei n.º 22 469, de 11 de abril de 1933, previsto na Constituição do Estado Novo.

A decisão política de se estabelecer a censura à Imprensa foi tomada numa reunião de Conselho de Ministros, em 21 de junho de 1926¹²⁷, embora sinais contrários sejam dados quando no dia 22 de junho de 1926, o Ministério do Interior, convoca, à tarde, uma reunião com os representantes da Imprensa para pedir que colaborassem com o governo, prometendo que seria mantida a liberdade de Imprensa.¹²⁸

Contudo o processo de aplicação da censura não sofre alterações. Tem um compasso de espera de 24 horas até começar a ser implantado no dia 24 de junho de 1926 quando, finalmente, os jornais de Lisboa passaram a ostentar a frase «Este número foi visado pela Comissão de censura».

Nesse sentido, instalou-se uma comissão de censura em Lisboa, com autoridades ou oficiais do exército, presidida pelo coronel Augusto Prata Dias, cuja finalidade era controlar os jornais de Lisboa.¹²⁹

Antes do dia 24 de junho de 1926 e da implantação da censura, existiram regulamentos que limitavam a liberdade da Imprensa, como é o caso do edital de limitação de garantias e episódios individuais de circulação proibida ou apreendida de jornais. Para o primeiro caso temos, no dia 29 de maio de 1926, um edital na cidade do Porto onde é imposto, no artigo 6.º, a submissão das notícias dos jornais de modo a evitar a publicação ou transmissão de notícias tendenciosas sobre a atual alteração da Ordem Publica e movimento de tropas¹³⁰.

¹²⁵ Varques, Isabel Nobre, 2006, apud Sarica. 2014, p. 346

¹²⁶ Barreto, António e Maria Filomena Mónica (1999) *Dicionário da história de Portugal*, Vol. VIII, 1ª ed., p. 245

¹²⁷ Gomes, Joaquim Cardoso (2006), *Os militares e a censura: a censura à imprensa na ditadura militar e Estado Novo 1926 1945*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 19

¹²⁸ *A Capital*, 22 de junho de 1926, p. 2

¹²⁹ Gomes, Joaquim Cardoso (2006), *Os militares e a censura: a censura à imprensa na ditadura militar e Estado Novo 1926 1945*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 19

¹³⁰ *Novidades*, 29 de maio de 1926, p. 7

Para o segundo caso, houve episódios de jornais cuja circulação foi proibida e apreendida nos dias 28 ou 29 de maio de 1926, como são os casos do jornal *O Mundo*, que foi apreendido, tendo sido guardado por agentes da polícia que não deixavam entrar nem sair ninguém desse edifício; o jornal *A Batalha*, que também foi censurado pela polícia, tendo este intimado as direções dos jornais a enviarem as provas para serem alvo de um visto policial. Esta ordem foi revogada pouco tempo depois, para logo a seguir voltar a ser instaurada a censura, tendo também sido apreendidos o semanário *A revolta de Almada*¹³¹ ou *A Revolução de Almada*¹³² e a 2.^a edição do *Diário de Notícias*.¹³³

Para além destas ações, no *Jornal de Notícias* do dia 29 de maio de 1926, foi noticiado que *O Seculo* foi censurado e que *A Lucta* tinha sido proibida de seguir pelo correio¹³⁴.

Embora a censura fosse abolida na madrugada do dia 29 para o dia 30 de maio¹³⁵, segundo o *Diário de Notícias*, em Lisboa, os jornais dessa noite foram arrancados dos vendedores e a polícia aprendeu o *Diário de Lisboa*.¹³⁶

Assim, o estabelecimento da censura à Imprensa começa com a instauração em Portugal da ditadura militar, em 28 de maio de 1926, tendo os ocupantes do poder demonstrado preocupação constante com as notícias publicadas e a implicação do que referiam os jornais junto da opinião pública. A preocupação era claramente não gerar um ambiente desfavorável para com os revoltosos junto da opinião pública e manter a ordem pública, não divulgando informações que favorecessem o levantamento ou protesto junto da população. Uma decisão política é tomada na reunião de Conselho de Ministros em 21 de junho de 1926 e a censura começa a ser implantada no dia 24 de junho de 1926, embora apenas consagrada em diploma legislativo com o Estado Novo.

A decisão política de se estabelecer a censura à Imprensa foi tomada, mas antes da aplicação formal da censura, a 24 de junho, houve regulamentos que limitavam a liberdade da Imprensa, como é feito no edital de limitação de garantias no Porto, e episódios pontuais de circulação proibida ou apreendida.

¹³¹ *Novidades*, 29 de maio de 1926, p. 7

¹³² *Jornal de Notícias*, 29 de maio de 1926, p. 4

¹³³ *Novidades*, 29 de maio de 1926, p. 7

¹³⁴ *Jornal de Notícias*, 29 de maio de 1926, p. 4

¹³⁵ *Jornal de Notícias*, 30 de maio de 1926, p. 2

¹³⁶ *Diário de Notícias*, 30 de maio de 1926, p. 5

3.2 – Relato dos acontecimentos políticos e militares na imprensa da época

Vejamos então como é que a imprensa da época descreveu o movimento militar iniciado a 28 de maio de 1926 e a dinâmica política por ele provocada. Centro-me nos periódicos já apresentados na Introdução desta dissertação e procurarei confrontar os diversos relatos publicados nos periódicos consultados, que resultam nem sempre serem coincidentes.

Começando pelo jornal *A Capital*, a 28 de maio o jornal afirma que a revolta não é nacional e é restrita e portanto fraca, por isso compete ao governo restringi-la para o bem do país e da República, apelando, por último, para que este reponha a obediência e a ordem entre os militares revoltados.¹³⁷

No dia 29, o jornal afirma que perante a demissão do gabinete de António Maria da Silva, não se pode perder os benefícios deste movimento, pois os seus dirigentes têm que demonstrar, naquele momento, a sua capacidade construtiva.

No dia 1 de junho, o jornal diz que o movimento revolucionário é um gesto republicano e que este movimento criou uma situação indispensável para a criação de «um espírito ardentemente republicano», que derrubou uma oligarquia que desonrava o regime e desacreditava a democracia.¹³⁸

No dia 7 de junho, o jornal afirma que a nova situação política que Portugal vive não é incompatível com todos os políticos de Portugal, pois a posição moderada é condenar alguns políticos e aproveitar os «políticos honestos animados com propositos honrados», não ostracizando todos eles, como se defendeu no início do movimento militar.¹³⁹

No dia 18 de junho de 1926, perante a queda do poder de Mendes Cabeçadas, o jornalista afirma que a remoção de Mendes Cabeçadas só se explica pela ânsia em resolver os problemas que o país atravessa.¹⁴⁰

Na edição do dia 3 de julho, o jornal afirma sarcasticamente que «O paiz está tranquilo, absolutamente tranquilo. Ha perfeita paz!» e termina perguntando que se há paz por que não levantar o estado de sitio? E responde que Gomes da Costa é que sabe.¹⁴¹

¹³⁷ *A Capital*, 28 de maio de 1926, p. 1

¹³⁸ *A Capital*, 1 de junho de 1926, p. 1

¹³⁹ *A Capital*, 7 de junho de 1926, p. 1

¹⁴⁰ *A Capital*, 18 de junho de 1926, p. 1

¹⁴¹ *A Capital*, 3 de julho de 1926, p. 1

Por fim, na edição de 9 de julho, o jornal diz que é preciso que haja uma era de paz e tranquilidade, para se trabalhar, para que as ideias da liberdade e do progresso se expandam ainda mais, mas que essa paz tem de aparecer já para o prestígio do regime. Termina o artigo com o voto de confiança, referindo que a república se tem salvado de todas as crises, logo irá salvar-se também desta.¹⁴²

Em suma, o jornal *A Capital* inicialmente, a 28 de maio, considera que a revolta não é nacional, é restrita e, portanto, fraca. Ao governo compete restringi-la para o bem do país e da República¹⁴³. Mas, na edição do dia seguinte, a opinião já é outra e diz que a mensagem de Cabeçadas e a sua solução de destituir o governo de António Maria da Silva para depois constituir um «Ministerio extra-partidario constituido por republicanos», corresponde aos desejos da nação.¹⁴⁴

Na edição do dia 30 de maio d'A *Capital*, o jornal afirma que perante a demissão do gabinete de António Maria da Silva, não se pode perder os benefícios deste movimento e os seus dirigentes tem que demonstrar já a capacidade construtiva e que o movimento revolucionário é um gesto republicano derrubando uma oligarquia que desonrava o regime e desacreditava a democracia.¹⁴⁵

Passando para o jornal *Novidades*, no dia 3 de junho, afirma que as promessas dadas em entrevistas e discursos por parte dos chefes do movimento militar são justas e o país aplaude e anseia para que se cumpram. Por outro lado, diz que o programa do movimento não é novo, pois todos os partidos prometeram estes objetivos, mas não os resolveram, antes criaram novos problemas e acabaram por agravar os já existentes. O jornal espera pois que os homens que fizeram este pronunciamento militar sejam mais felizes na realização destes objetivos do que o foram os partidos políticos no período anterior.¹⁴⁶

Mas no dia 6 de junho de 1926, esta incerteza esfuma-se e diz o jornal que as indecisões e fraquezas do início do movimento deram lugar às boas intenções do movimento. O exército não quer dominar e percebe que questões complexas e as reformas não se fazem sobre o corte da espada mas exigem esforço, inteligência e saber ponderado para que se resolvam. Afirma que

¹⁴² *A Capital*, 9 de julho de 1926, p. 1

¹⁴³ *A Capital*, 28 de maio de 1926, p. 1

¹⁴⁴ *A Capital*, 29 de maio de 1926, p. 1

¹⁴⁵ *A Capital*, 30 de maio de 1926, p. 1

¹⁴⁶ *Novidades*, 3 de junho de 1926, p. 1

também não quer uma ditadura militar, quer apenas um governo honesto com o apoio da sua força e, por isso, homens honestos e de bem têm que o apoiar.

Alerta, porém, para o inequívoco em que não se pode cair e que pode até prejudicar e anular todo o movimento. O exército não pode, por si só, salvar o país, apenas faz o que pode, abrindo o caminho para que os valores nacionais se manifestem. Cabe agora à nação fazer o que deve, sem o pretexto de que não poder atuar, alegavam a nefasta ação dos políticos.

O apelo ao exército para servir como última esperança, criou um «messianismo no exército», com a ideia de que só ele podia trazer a salvação do país, facto que o empurrou para esta situação. Este apelo terá sido criado a partir de um estado de inferioridade e de incompetência política, de fraquezas e divisões que asfixiavam a vida pública e do Parlamento, estando parado e não deixando fazer nada. As conspirações que antecederam este movimento não bastaram para o seu sucesso, mas o jornal diz acreditar que este vai afirmar-se com «toda a magnificência do triunfo.». O jornal pergunta por último, o que pode o país exigir mais ao exército? E responde, dizendo que fez o que lhe pediram: afastou os políticos do poder.¹⁴⁷

Na edição do dia seguinte, o jornal aconselha o governo ao dizer que governar é, na noção mais alta e cristã do termo, servir o bem comum, empenhando nessa tarefa a inteligência e a força, sacrificando as ambições, os interesses individuais a favor do interesse do bem público. Se o movimento não procurar, desde o início que seja esta noção que os guia, não poderá ser o movimento de renovação social e político que se deseja e, para isso, também é preciso que sejam excluídas as visões partidárias da acção governativa. Não é preciso partidarismos, mas se houver homens honestos e competentes dentro dos partidos, estes não podem ser punidos só por pertencerem a estes, pois se um funcionário é honesto e competente não se pergunta qual o seu partido desde que este pratique o bem comum. Acrescenta-se que este movimento não terá resultados se não tiver ao seu lado uma restauração do espírito cívico e esta não pode ser imposta pela força ou por decretos ditatoriais, mas sim pelo trabalho de todos os portugueses honestos. Esta ideia está resumida na seguinte frase: «O exército não pode salvar a nação se a nação se não quizer salvar.». ¹⁴⁸

Continuando na mesma corrente pedagógica, na edição do dia 8 de junho, o jornal diz que o triunfo do movimento foi o resultado do ataque parlamentar aos democratas, embora não fosse

¹⁴⁷ *Novidades*, 6 de junho de 1926, p. 1

¹⁴⁸ *Novidades*, 7 de junho de 1926, p. 1

difícil acabar com os democratas no próprio Parlamento, pois teriam resolvido matá-lo pelo «descredito e pelo ridículo». O objetivo imediato do exército era derrubar o governo e dissolver o Parlamento. Passado o triunfo era preciso substituí-lo. Aqui começam as dificuldades, pois o difícil é «consolidar a vitória».¹⁴⁹

No mesmo sentido, a vitória do movimento, que é divergente, pode não se realizar devido à falta de uma finalidade, objetivos e programa próprio. Esta perder-se-á ainda mais facilmente se o partidarismo político se enfiar em qualquer grupo¹⁵⁰ e, considera que é errado pensar que uma revolução, uma mudança política, uma substituição de governo poderia melhorar a prosperidade pública no imediato, pois esta levará anos para se realizar.¹⁵¹

No dia 10 de junho, o jornal continua otimista para com o novo governo, ao afirmar que este é um governo na medida que a consciência nacional lhe deu o apoio e continuam com ele, de volta ao caminho do bem coletivo, servido por homens honestos.¹⁵² O jornal considera que o governo em funções é um governo nacional, servido por homens honestos. Se este ouvir, atender e realizar o sentir e a vontade da nação, na medida que a população deu apoio ao governo, a nação continuará com ele. Teremos então uma «nova era de prosperidade, de moralização dos costumes publicos» voltada para o caminho do bem coletivo.¹⁵³

No dia 11 de junho, o jornal defende o governo quando é referido que não tardam a juntar-se contra a acção do governo todos «os descontentes, os interesses feridos, todas as ambições preteridas». Defende ainda que, ao lado do governo têm de que estar homens de bem e avisa que o governo pode estar ameaçado pelas mesmas forças que atacaram o governo de António Maria da Silva.

Para o jornal, o otimismo em relação ao governo diminui e lembra triste realidade é que há muito tempo no país só têm existindo maus governos, porque não tem havido capacidade para juntar um grupo de gente honesta capaz de garantir um bom governo. Existe aqui um paradoxo: as forças que se afirmam como adversárias e antagonistas políticas deste novo governo são as mesmas que o apoiaram e lhe deram suporte. Assim, só pela cooperação dos «súbditos» ao poder instituído, que é um dever cívico de todos, se pode conseguir a realização do bem comum e não transformar a cooperação dos «súbditos» num ato sem sentido e condicionado por interesses e

¹⁴⁹ *Novidades*, 8 de junho de 1926, p. 1

¹⁵⁰ *Novidades*, 8 de junho de 1926, p. 1

¹⁵¹ *Novidades*, 9 de junho de 1926, p. 1

¹⁵² *Novidades*, 10 de junho de 1926, p. 1

¹⁵³ *Novidades*, 10 de junho de 1926, p. 1

caprichos. Aliás, considera que é esta última mentalidade negativa que explica a decadência da vida pública¹⁵⁴.

No dia 19 de junho, no mesmo jornal é afirmado que missão do exército era libertar o poder, assegurar a ordem e restabelecer as condições para se formar um governo, pois não caberia ao exército, normalmente, governar, nem escolher os governantes. O exército assume, contudo, excepcionalmente, essa responsabilidade, mas não pode substituir quem tem essa prerrogativa nem chamar a si essa competência.¹⁵⁵

Em suma, o jornal *Novidades* assume uma posição de aconselhamento e de apoio ao exército e de crítica aos partidos e à vida política anterior. O movimento militar não terá resultados se não tiver ao seu lado, uma restauração do espírito cívico e esta não pode ser imposta pela força ou por decretos ditatórias mas sim pelo trabalho de todos os portugueses honestos.¹⁵⁶

Passando para o jornal *A Montanha*, no dia 31 de maio, o jornal afirma que o Parlamento e os que nele participaram desrespeitaram-no e desprestigiaram-no enquanto instituição. Por isso, o jornal pede a dissolução das Câmaras. Pois, diz, enquanto funcionava não servia para nada e era contraproducente manter o seu funcionamento. O jornal faz o voto de que o novo governo se guie no sentido de prestigiar a Republica e dignificar a Pátria.¹⁵⁷

No dia 2 de junho de 1926, o jornal dá um voto de confiança aos militares, ao dizer que país é o que o exército quiser que seja, pois é este que tem o poder e a força. Portanto, resistir seria uma loucura.

No jornal responde-se á pergunta sobre quais seriam os objetivos dos militares, dizendo que pretendem «engrader a Patria e prestigiar a Republica», levada à mesquinhez pelos políticos e pela insuficiência dos partidos, segundo as afirmações até aqui feitas pelos militares. O jornal defende também nesta mesma edição que não é correto opor-se neste momento, pois tem que se dar tempo a este movimento para que trabalhem, para que não se permita que digam depois que não puderam executar, pois não os deixaram agir. Só depois se poderá julgar e, se resultar, que se abençoe a revolução. Caso contrário, será «a ultima aventura e a confirmação de que o profissional, por pior que seja, é, em regra, superior ao amador ou curioso.».¹⁵⁸

¹⁵⁴ *Novidades*, 11 de junho de 1926, p. 1

¹⁵⁵ *Novidades*, 19 de junho de 1926, p. 1

¹⁵⁶ *Novidades*, 7 de junho de 1926, p. 1

¹⁵⁷ *A Montanha*, 31 de maio e 1926, p. 1

¹⁵⁸ *A Montanha*, 2 de junho de 1926, p. 1

No dia 3 de junho de 1926, o jornal defende o Partido Republicano Português ao escrever que este partido é o único organizado que podia governar legalmente, mas nunca pôde trabalhar, pois a oposição nunca o deixou. As forças partidárias dividiram-se em grupos sem significado eleitoral e alguns sem autoridade moral e científica, enfraquecendo o regime. Termina dizendo que perante «todo este espetáculo vergonhoso, triste e miserável», tinha que vir a sublevação militar, pois era melhor do que qualquer coisa já que não deixavam ser o partido.¹⁵⁹

Na edição do dia 4 de junho, o jornal fala das ditaduras e volta a acusar a passada oposição parlamentar, afirmando que o Parlamento «dava um aspecto vergonhoso e grosseiro que deprimia até uma assembleia de associação de socorros mútuos de ordinaríssimos carroceiros.» Afirma que não passava de um governo que não podia decidir, rodeado de uma grande maioria que não deixavam governar. O jornal acrescenta que o movimento militar, com a força e poder do exército, é mais legítimo do que o «poder da estupidez e do sarrafo das oposições parlamentares.».

O jornal afirma preferir uma ditadura militar, apoiada por políticos honestos que defendem a Pátria e a Republica, do que uma ditadura civil, uma ditadura de um ministério sem partido, composta por figuras desconhecidas e desacreditas.

Esta primeira ditadura poderia ser boa se os militares revelarem boas intenções e se governarem dentro da lei e da Constituição e realizarem a obra política e administrativa que é necessária, embora acreditem que esta não se realizará na totalidade.¹⁶⁰

Na edição do dia 11 de junho, o jornal culpa não só dos militares como também os maus políticos e do pelo desprestígio parlamentar, dizendo-se entristecido pela queda da democracia, substituída pelo domínio da força. Afirma-se resignado, dizendo que é triste o sucedido, mas que era o que estava reservado para o país e que perante a ditadura temos que aguentar e com uma cara alegre.¹⁶¹

O jornal, na edição do dia 23 de junho, critica ironicamente os militares, quando afirma que os generais, termo que utiliza para definir os militares vitoriosos do movimento militar, estão muito bem e que o jornal nem vai apoiar nem criticar perante o trabalho e execução dos seus transcendentais planos.¹⁶² Diz-se que o Partido Republicano Português continuava sereno em

¹⁵⁹ *A Montanha*, 3 de junho de 1926, p. 1

¹⁶⁰ *A Montanha*, 4 de junho de 1926, p. 1

¹⁶¹ *A Montanha*, 11 de junho de 1926, p. 1

¹⁶² *A Montanha*, 23 de junho de 1926, p. 1

relação á ditadura, pois seria uma estupidez tentar afastar os militares. Considera que é preciso deixá-los no mesmo sítio pois, estavam muito bem, mas acredita que a situação não iria durar muito tempo. Acabar-se-ia por entrar na normalidade constitucional, sendo que o jornal abstém-se de qualquer apoio ou crítica ao trabalho e execução dos militares.¹⁶³

Depois, na edição do dia 25 de junho, o jornal escreve ironicamente que, de modo a mostrar a sua lealdade aos militares vão dar um conselho baseado na História. Então, começando por dar exemplos das ditaduras mais recentes que aconteceram em Portugal, falando das ditaduras de João Franco, Manuel de Arriaga e de Sidónio Pais, refere que uma característica comum a todas elas é que tinham o apoio do exército e, contudo, todas acabaram por cair, sendo que a ditadura deste governo não seria diferente das outras e, assim, também vai acabar por cair.¹⁶⁴

Na edição do dia 28 de junho, o jornal afirma que não perceber por que é que os políticos conspiram contra a ditadura. Embora reprove e repudie a ditadura, pois é contra o seu espírito democrático e a negação da liberdade, prefere resignar-se quando se fala em nome do exército e dos interesses do país. Este artigo termina dizendo que os partidos políticos têm a obrigação moral de apoiar a obra da ditadura, pois esta é a obra do seu orgulho, a obra que não recordam ao chefe do governo quando prisões injustas acontecem.¹⁶⁵ Os estadistas que estavam no governo eram livres, não tinham Parlamento, exigências parlamentares, fiscalização da oposição ou crítica dos jornais e, além disso, tinham a força das armas. Por tudo isto, só não fazem uma boa obra se não quiserem ou puderem, por isso, considera que não os deixar ir até ao fim, seria não lhes deixar provar o que podem fazer.¹⁶⁶

Continuando com o tema do apoio que os partidos políticos dedicam à ditadura, excluindo o PRP, na edição do dia 1 de julho, o jornal diz que se esta ditadura cair sem ter realizado a obra prometida, depois de ter afirmado os políticos como elementos insuficientes, será engraçado ouvir todos esses partidos que o apoiaram a «gritarem contra o despotismo, a tirania, os erros e a inferioridade dos generais.».¹⁶⁷

No dia 5 de julho, o jornal alerta os que estão no poder para dois grandes males que as ditaduras militares impostas por movimentos revolucionários trazem. O primeiro desses males, é

¹⁶³ *A Montanha*, 23 de junho de 1926, p. 1

¹⁶⁴ *A Montanha*, 25 de junho de 1926, p. 1

¹⁶⁵ *A Montanha*, 28 de junho de 1926, p. 1

¹⁶⁶ *A Montanha*, 30 de junho de 1926, p. 1

¹⁶⁷ *A Montanha*, 1 de julho de 1926, p. 1

a escolha dos homens do governo, basta estarem numa revolução que julgam que têm valor estadístico e com capacidade de resolver todos os problemas.¹⁶⁸

Em suma, o jornal *A Montanha*, sendo um jornal republicano tende a atacar os partidos que estavam no Parlamento, com exceção do Partido Republicano Português, e a apoiar de início e com cautela o exército, para depois o criticar, considerar que se estava numa ditadura com o apoio dos outros partidos.

Passando para o jornal *Diário de Notícias*, no dia 31 de maio de 1926, o jornal diz que o movimento militar, ao triunfar sem disparar e sem ferir ninguém, conquistou o respeito do país e, por isso, as suas intenções tem que se manter para que não se estrague o que se fez. Diz que o futuro programa governativo pode basear-se na função de cumprimento da ordem cívica: colocar os interesses nacionais á frente dos interesses particulares.¹⁶⁹

Na edição de 1 de junho de 1926, o jornal afirma que se procura mudar as características do movimento, do seu propósito forte e exclusivamente militar. Contudo, querer que o movimento dispa a farda e vista a primeira coisa que os políticos defendem não faz qualquer sentido e provocará a anulação de todas a causas que possibilitaram este mesmo movimento.

A aspiração geral é a ordem, não meramente a ordem na rua, mas também na economia, na administração e em todas as facetas da vida pública portuguesa. Desta forma, é preciso que o governo seja firme e eficaz e não se deixe influenciar pela opinião pública.¹⁷⁰

No dia 3 de junho, a propósito de um rumor que alguém que estaria perto dos altos dirigentes do movimento militar teria ouvido, de que em breve iria ser publicado um diploma com o fim de expulsar a política das forças armadas, o jornal afirma que se este boato fosse verdadeiro, não havia nenhum português com bom senso e «amante da ordem e da felicidade da sua Patria», que não aplaudisse os autores deste diploma. Isto porque um dos maiores males de Portugal seria o facto de parte do exército da terra e do mar pertencer a um agrupamento político, submetendo-se à disciplina baixa duma associação de «gente facciosas», ao apoio á vontade de um chefe também ansioso de chegar ao poder e às diferenças da opinião pública perturbada pelas paixões do momento. Está presente e afirmada uma ideia negativa da vida politica. Aos cidadãos portugueses, que também apelida de militares, caberia defender a integridade nacional e a

¹⁶⁸ *A Montanha*, 5 de julho de 1926, p. 1

¹⁶⁹ *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1926, p. 1

¹⁷⁰ *Diário de Notícias*, 1 de junho de 1926, p. 1

república, mas não em comícios, em congressos de partidos ou em assembleias gerais, mas sim onde está a batalha.¹⁷¹

No dia 14 de junho, o jornal diz que a causa do movimento foi o ressurgimento nacional e que a Republica deve muito a estes homens.¹⁷²

Em suma, o jornal *Diário de Noticias* considera o exército como os salvadores do país e da ordem em oposição aos políticos e aos partidos.

Passando para o jornal *O Seculo*, quando o movimento militar está em vias de ganhar, a 30 de maio, o título da primeira página deste periódico afirma que o movimento deve ir até ao fim para salvar a pátria e purificar a república. Na edição do mesmo dia, o jornal escreve que chegou o momento de Portugal se afirmar, de os portugueses serem exigentes, reivindicarem o ideal nacional e se acabar com «Sofismas, cabalas, mentiras, enredos politiquice fraticida de divisões, de exclusivismos e de ódios» e isto tudo irá acabar se o exército cumprir o seu dever como «guardião heroico da bandeira!».¹⁷³

A ideia de que os partidos e o confronto político devem acabar é repetida e expandida na edição do dia 31 de maio de 1926, quando o jornal diz que o movimento militar não se fez para que continue a existir a maioria democrática, que é criminosa e que recusa ouvir a Patria, que é cega e surda às suas queixas. Termina dizendo que o país precisa de um governo que salve a república, garantindo que este jornal vai combater até que o país tenha o que quer e não o que Presidente da República quiser.

Segundo *O Século* o país precisaria de um governo de salvação nacional que cumprisse os pontos do programa revolucionário, de modo a acabar definitivamente com a desonra dos governos que o país tinha tido, afirmando não querer governos políticos, governos de anónimos ou governos de habilidades.

Esta ideia é exposta também no título e na frase na página 6 da mesma edição de 31 de maio. No título é dito que o exército é o salvador do país e que agora o país tem que salvar-se a si próprio. De seguida, diz que os políticos querem «colher os frutos da revolução» e que é necessário cumprir, de imediato, o programa revolucionário.¹⁷⁴ O olhar negativo relativamente aos políticos continua no dia seguinte, quando o jornal afirma que estes, sem pudor, não eram

¹⁷¹ *Diário de Noticias*, 3 de junho de 1926, p. 1

¹⁷² *Diário de Noticias*, 14 de junho de 1926, p. 1

¹⁷³ *O Seculo*, 30 de maio de 1926, p. 1

¹⁷⁴ *O Seculo*, 31 de maio de 1926, p. 1

capazes de dar o que o país precisava e devia ter. Os políticos funcionavam como uma tirania, que precisava e explorava os portugueses, vendo-os como «súbditos escravizados», sendo os partidos «bandos devoristas». Portugal estaria dividido em duas «raças»: a dos párias, que trabalhavam e sofriam, e a dos poderosos, que dispunham nas suas mãos as vidas dos párias.

Esta situação não podia manter-se, continua o jornal, e os políticos andavam cegos ao não ver a revolta que se vinha preparando. Estavam apenas à espera de alguém que a comesse, o que acabou por acontecer com grande sucesso, sem nenhuma diversão, sendo que o exército salvou o país, erguendo-se «em nome da bandeira, da Pátria (...)».¹⁷⁵

O programa revolucionário devia ser cumprido até ao fim, continua o jornal, pois o programa revolucionário era um evangelho. Mas tal não aconteceu porque, lamenta o jornal, tenta fazer-se com que não se cumpra, utilizando a «mentira constitucional», cujo único objectivo é salvar os partidos que são os únicos culpados da situação de miséria a que o país tinha chegado. No jornal chega mesmo a afirmar-se que a Constituição serviu para «encobrir os mais hediondos crimes, aquilo a que bem podemos chamar a maior burla legal da Republica!».¹⁷⁶

O exército, assim, teria salvado a pátria, conclui-se no jornal desta edição, mas agora teria de salvar-se a si próprio dos políticos, não se deixando levar por estes ambiciosos, que já deram provas negativa. Defende-se que a revolução não foi feita para que continuassem os profissionais dessa miserável politica.

Neste sentido, o programa revolucionário não pode ser sabotado ou desprezado pelos cafés e em comícios de políticos sem categoria, mas «se o exército souber ser heroico para salvar a Patria das garras das hienas que a dilaceravam, porque não havemos de esperar que o seja também para impôr a sua vontade? A sua abnegação é infinita, o seu patriotismo é ilimitado!».¹⁷⁷

Nos dias 3 a 4 de junho, o jornal afirma que, embora o exército tenha condições para trabalhar, não pode perder tempo, mas que é preciso ter paciência. Na mesma edição, o jornal diz que após a vitória da revolução, é preciso, cumprir o programa revolucionário, não desperdiçar nenhum minuto, pois há muito que fazer e como não falta prestígio ou força ao exército, é preciso que comecem a trabalhar.¹⁷⁸

¹⁷⁵ *O Seculo*, 31 de maio de 1926, p. 1

¹⁷⁶ *O Seculo*, 31 de maio de 1926, p. 1

¹⁷⁷ *O Seculo*, 1 de junho de 1926, p. 1

¹⁷⁸ *O Seculo*, 3 de junho de 1926, p. 1

Na edição do dia seguinte, o jornal afirma que o país tem vivido sob tiranias, inclusive sob a tirania democrática, que esmagaram politicamente a nação e é preciso não perder tempo, no caminho de impor a normalidade governativa, pois tem que se remodelar e legislar, mas também é preciso ter paciência. O jornal continua com a crítica à atuação dos partidos no Parlamento, afirmando que «esse foco de infecção, de onde irradiava o bafo que corroía a Nação inteira».¹⁷⁹

Após o novo golpe, a 9 de julho de 1926, o jornal afirma que o Poder que necessitava de solidez e prestígio sofreu uma nova crise, acrescentando que a surpresa do país não vem deste movimento militar mas sim, do facto de, após o movimento militar de 28 de maio, ainda não se ter encontrado o equilíbrio necessário para se poder governar, fatores dos quais dependem a tranquilidade e progresso do mesmo.

O jornal pede aos responsáveis e aos que intervieram neste movimento para que se inicie um período de paz e trabalho, que todos já esperavam quando foram afastados do poder os «pessimos politicos» que durante quinze anos nunca o souberam dar ao país.¹⁸⁰

Por fim, na edição do dia 11 de julho, o jornal afirma que o país não é contra a revolução, mas sim contra a fraqueza, a incompetência e a ligeireza com que se tem fingido governar nas últimas semanas. O país não compreende, continua o jornal, nem o próprio exército, que este último após a fazer a revolução não tenha encontrado «bons patriotas» que tenham tido a capacidade de governar o país.

Ao exército, com a força de que dispunha, bastava ser honesto, com boas intenções e ter conhecimento do que o esperava para fazer, em meia dúzia de dias, o que os partidos não conseguiram, por não estar limitado pelos movimentos, pela constituição ou pelas leis.

Apesar de a nação apoiar o pensamento da revolução, mesmo os que á margem da política viam indignados os partidos políticos com os seus abusos e esperavam por uma mudança, por uma governo que devia levar o país para a «civilização» pois o país ainda não tinha chegado a esse patamar.¹⁸¹

Em suma, o jornal *O Seculo* apoia o exército, que considera ser o salvador do país, em oposição á politica e aos partidos, mas a partir da edição de 9 de julho começa a duvidar da boa obra que o exército pode fazer.¹⁸² Inicialmente, a 30 de maio, defende que o movimento militar

¹⁷⁹ *O Seculo*, 4 de junho de 1926, p. 1

¹⁸⁰ *O Seculo*, 10 de julho de 1926, p. 1

¹⁸¹ *O Seculo*, 11 de julho de 1926, p. 1

¹⁸² *O Seculo*, 9 de julho de 1926, p. 1

vá até ao fim, no sentido de salvar a pátria e se acabar com os vícios da política.¹⁸³ A ideia de que os partidos políticos devem acabar é permanentemente afirmada ao longo deste período, por vezes de forma violenta, contrapondo-se um apoio ao movimento militar, classificado como o salvador da pátria. Contudo, com o passar do tempo o discurso passa a ser menos incondicional no apoio ao movimento militar, considerando que os portugueses não compreendem que o exército, após a revolução, não tenha tido a capacidade de governar o país. Até porque, o exército, com a força de que dispunha, e por não estar limitado pelos movimentos, pela constituição ou pelas leis, poderia em poucos dias fazer o que os políticos não tinham conseguido concretizar.¹⁸⁴

Passando para o jornal *O Algarve*, na edição do dia 6 de junho de 1926, este jornal critica os políticos e defende o uso da força quando afirma que a administração pública era conduzida pela «voracidade», pela falta de vergonha e pela desordem causada pelas clientelas que sustentavam os políticos de profissão já só governavam a eles próprios, e o interesse nacional não passava para estes de «uma metáfora desvergonhada». O jornal continua dizendo que existiram protestos contra a tirania e a favor das liberdades ameaçadas, mas foi toda essa liberdade que tinha gerado toda a irresponsabilidade. Além disso, os motivos desta revolução eram justos e os cidadãos honestos ansiavam por um regime em que houvesse disciplina, tranquilidade, que os crimes não ficassem impunes e que não mentissem.

O jornal termina perguntando, se para levar Portugal a bom caminho não será preciso «meios extremos, reativos, violentos?» E responde a esta pergunta afirmativamente, dizendo que acima da inatingível teoria dos princípios está a realização dos fins e os políticos fizeram do país um «ignobil joquete».¹⁸⁵

No dia 13 de junho, o jornal começa por dizer que a revolução ganhou porque respondeu aos exageros, à desorganização fundada nos enganos das leis e á impotência dos «doces rebanhos» parlamentares e até á ditadura disfarçada em autorizações não existentes. O problema das leis, continua o jornal, é que não funcionavam regularmente, pois este estava interdito a favor de «clientelas famintas e cinicas», para quem o interesse nacional nada significava. Termina o artigo afirmando que os patriotas depois de ouvirem que não ia haver uma ditadura ficaram desiludidos.

¹⁸³ *O Seculo*, 30 de maio de 1926, p. 1

¹⁸⁴ *O Seculo*, 10 a 11 de julho de 1926, p. 1

¹⁸⁵ *O Algarve*, 6 de junho de 1926, p. 1

A instabilidade governativa dos primeiros triunviratos governativos não passou ao lado deste jornal e na edição do dia 13 de junho, diz que os «triunviros» se transformaram em simples ministérios e algo pior mais tarde e com a falta de planos. O país precisaria de uma orientação focada para dominar os problemas.

Para o jornal, embora não precisasse de Conselho de Ministros, de que só ficava os assuntos medíocres e em frente das palavras e dos factos, veio caindo a ilusão que enchia o coração a todos aqueles que achavam que o país estava no «caminho da redenção.» O jornal termina o artigo perguntando cepticamente pelo caminho do país: «Onde iremos parar?».¹⁸⁶

Em suma, o jornal *O Algarve* defende a ditadura e o uso da força e da ordem em oposição aos políticos e às leis que não funcionavam ou beneficiavam estes últimos. Afirma terem existido protestos contra a tirania e a favor das liberdades ameaçadas, mas teria sido toda essa liberdade que gerara a irresponsabilidade. Considera assim que os motivos da revolução eram justos e que os cidadãos ansiavam por um regime onde houvesse disciplina, tranquilidade e onde os crimes não ficassem impunes.¹⁸⁷

3.3 – O regime na imprensa da época

Passemos à descrição e análise mais em pormenor da opinião expressa pelos jornais em relação à situação do sistema político e aos possíveis caminhos políticos que o país seguia ou devia seguir no futuro próximo.

O jornal *A Capital* inicialmente, no dia 28 de maio, diz que este movimento revolucionário quer implantar um regime ditatorial embora considere que nem todo o exercito partilha destas ideias, pois mesmo nas regiões onde estes revoltosos operam há forças militares que se opõem.¹⁸⁸

Na edição do dia 29, o jornal afirma que a mensagem de Mendes Cabeçadas e a sua proposta de solução de destituir o governo de António Maria da Silva, para depois constituir um «Ministerio extra-partidario constituído por republicanos», corresponde aos desejos da nação. O jornal acrescenta, nesta mesma edição, que na carta enviada a Cabeçadas, não há dúvidas «que

¹⁸⁶ *O Algarve*, 13 de junho de 1926, p. 1

¹⁸⁷ *O Algarve*, 6 de junho de 1926, p. 1

¹⁸⁸ *A Capital*, 28 de maio de 1926, p. 1

vibra nele o coração da Republica!», em oposição á declamação de Gomes da Costa, que é tida como obscura e pouco conclusiva, que nem a palavra República se encontra escrita.¹⁸⁹

Na edição do dia seguinte do mesmo jornal, refere-se que se as afirmações de Mendes Cabeçadas são verdadeiras, como acredita que o sejam, o novo governo não caminha para uma ditadura embora se possa achar o contrário. Mas se for esse o caso, continua o jornal, que se dissolva o Parlamento e se convoque novas eleições gerais. Afirma por último que a posição de Mendes Cabeçadas e de Gomes da Costa são «orientações e correntes antagónicas.», o primeiro quer manter o sistema político, e o segundo quer implantar uma ditadura¹⁹⁰. Contudo, na edição do dia 1 de junho, muda novamente de opinião em relação à posição política destes dois protagonistas do movimento militar ao considerar que ambos são a garantia da República. Aliás, o jornal nesta mesma edição afirma acreditar que na reunião entre Gomes da Costa e Cabeçadas em Coimbra se irá decidir o futuro do país, e que sairia daquela reunião um acordo que fizesse o país regressar a normalidade, pois não podia deixar de verificar que a república não vivia numa normalidade nos seus «órgãos essenciaes», já que não existia um Chefe de Estado e Parlamento e isso devia ser resolvido o mais brevemente possível.¹⁹¹

Esta ideia de não se viver uma normalidade constitucional, que começou na edição de 1 de junho, volta a ser tema da primeira página na edição do dia 3 de junho, onde o jornal diz acreditar que o governo que se formou é provisório, tal como um futuro segundo governo provisório, servindo apenas de preparação para um novo começo para a Republica, fora da «endemia política», sendo até indispensável para voltar a entrar na ordem constitucional.

Considera também como conveniente que a ausência de consequências na organização jurídica da Republica se mantenha. A ideia de transição e de governos provisórios é continuada, quando o jornal diz que a forma de transição que se adotou foi feliz, pois este novo governo provisório é indispensável para se voltar a entrar na ordem constitucional e é conveniente que o movimento que começou nos quarteis e na praça pública, e que não teve consequências na organização jurídica da República, não altere o regime.

Na mesma linha de pensamento, o jornal confia também na existência futura de um segundo governo provisório, que considera que também vai errar, principalmente se não ouvir a opinião pública expressa na Imprensa, nos sindicatos ou nas associações. Mas acredita que os

¹⁸⁹ *A Capital*, 29 de maio de 1926, p. 1

¹⁹⁰ *A Capital*, 30 de maio de 1926, p. 1

¹⁹¹ *A Capital*, 1 de junho de 1926, p. 1

novos governantes aprenderam as lições do passado, do primeiro governo provisório, ao não atenderem ao país.¹⁹²

No dia 7 de junho, *A Capital* repete a ideia da transição, ao dizer que Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas estão de acordo com a posição do governo ser apenas provisório, servindo para restabelecer a normalidade constitucional.¹⁹³

No dia 15 de junho, o jornal volta a mudar de opinião em relação à posição política de Gomes da Costa quando diz que o programa deste alterava a organização jurídica do Estado, fazendo alterações à Constituição que sugerem uma mudança de regime, perdendo assim as características de uma Democracia e chegando a invadir «os domínios do autocratismo», substituindo a República Parlamentar por uma República Presidencialista.¹⁹⁴

Perante o afastamento de Mendes Cabeçadas do poder, de 17 para 18 de junho, nesta última edição de *A Capital* é defendida uma ditadura apenas no caso de se querer salvar o país, sendo que a partir desse momento, o futuro dependeria apenas da forma como Gomes da Costa iria pôr em prática a ditadura, sendo que esta adotaria a forma que este desejasse.

O jornal continua dizendo que não deseja uma ditadura que usasse a força, mas afirma também que esta pode ser construtiva, na capacidade de fazer reformas. Só assim, o país poderá dar razão aos ditadores e ditar a sentença contra os políticos partidários, embora acabe por revelar algum ceticismo ao deixar no ar a pergunta sobre o caminho que o país seguia: «Mas virá a ser realmente assim?...».¹⁹⁵

Mais tarde, perante uma nova queda do poder, desta vez, por parte de Gomes da Costa, na edição de 9 de julho, o jornal diz que o momento que o país atravessa é de extrema gravidade e, em nome do jornal, faz votos para que quando isto passasse não fiquem em perigo e não sofram as instituições e os princípios republicanos.¹⁹⁶

Em suma, o jornal *A Capital* inicialmente diz que a intenção de Mendes Cabeçadas de constituir um «Ministerio extra-partidario constituido por republicanos», corresponde aos desejos da nação e na edição do dia seguinte afirma que se as afirmações de Mendes Cabeçadas são verdadeiras, o novo governo não caminha para uma ditadura. No entanto, considera que se pode achar o contrário, já que se dissolveu o Parlamento. Afirma ainda que as posições de Mendes

¹⁹² *A Capital*, 7 de junho de 1926, p. 1

¹⁹³ *A Capital*, 7 de junho de 1926, p. 1

¹⁹⁴ *A Capital*, 15 de junho de 1926, p. 1

¹⁹⁵ *A Capital*, 18 de junho de 1926, p. 1

¹⁹⁶ *A Capital*, 9 de julho de 1926, p. 1

Cabeçadas e de Gomes da Costa significam orientações opostas, o primeiro quer manter o sistema político e o segundo que implantar uma ditadura¹⁹⁷. Contudo, na edição do dia 1 de junho muda novamente de opinião em relação á posição política destes dois e considera que ambos são a garantia da República.

Alías, o jornalista acredita que na reunião entre Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas em Coimbra se vai decidir o futuro do país e que daí sairia um acordo que faria regressar a normalidade do regime, pois não podia deixar de verificar que a república não vivia num estado normal, pois não existia um Chefe de Estado e um Parlamento e isso devia ser resolvido o mais brevemente possível.¹⁹⁸

Passando para o jornal *Novidades*, no dia 5 de junho, diz-se que o país se encontrava num momento de incerteza, pois existiam dois caminhos que poderiam triunfar, o primeiro é o de uma ditadura, o segundo é através da transmissão de poderes. O primeiro caminho requeria três condições, a primeira é que o exército tivesse uma visão unanime, a segunda é que já tivesse medidas estudadas e prontas a executar e a terceira é que houvesse um homem com «envergadura suficiente» para governar em tempos de guerra. Estas três condições eram incertas naquele momento e o chefe do movimento militar, Gomes da Costa, que o jornal considera ser um valente, afirmara não quer ser um ditador. Sendo assim, o caminho da legalidade era o caminho escolhido.

O Parlamento, entretanto, dissolvido, poderia servir para eleger o novo Presidente da República e votar para formar um governo. A longo prazo, este processo, segundo o jornal, estranharia àqueles que guiados por «certas geometrias políticas» e pelo ideal mas sendo inimigos do que é bom, não tem uma visão realista.¹⁹⁹

No dia 25 de junho de 1926, o *Novidades* não aceita e até se mostra contra a ditadura.²⁰⁰

Passando para *A Montanha*, o jornal, na edição do dia 31 de maio, afirma que apoia um governo extrapartidário, se este tiver inteligência, moderação, patriotismo, se não for por violências, nem medidas exageradas, sendo justo e não se deixar influenciar por políticos que

¹⁹⁷ *A Capital*, 29 de maio de 1926, p. 1

¹⁹⁸ *A Capital*, 1 de junho de 1926, p. 1

¹⁹⁹ *Novidades*, 5 de junho de 1926, p. 1

²⁰⁰ *Novidades*, 25 de junho de 1926, p. 1

apoiam sempre os vencedores. Caso cumpra estas condições pode ter sucesso, caso contrário, pode ser um mal.²⁰¹

Na edição do dia 4 de junho, o jornal muda de opinião ao afirmar que esperavam mais uma ditadura militar, preferida pelos políticos honestos que defendiam o país e a República, do que a ditadura civil, pois é preferível suportar uma ditadura imposta pelos militares do que uma ditadura emprestada por estes militares a civis, uma ditadura civil de um ministério, sem partido e composto por figuras desconhecidas e desacreditadas.²⁰²

No dia 11 de junho, o jornal afirma que o governo, desde que dissolveu as Câmaras legislativos sem ouvir o Conselho Parlamentar, entrou numa ditadura e confirmo-a, ao não consultar o Conselho Parlamentar. Este já era um órgão meramente consultivo, mas os chefes do movimento nem se deram ao trabalho de respeitar a lei no que toca ao este mero formalismo. Nesse sentido, diz que preferiam uma ditadura franca e aberta em vez de uma ditadura disfarçada, mas não havia muito a fazer. O governo fez a revolução e ganhou, tem a força e não há resistência contra a força: o país tinha que obedecer ao direito da força.

Em suma, o jornal *A Montanha* de 11 junho, critica a hipocrisia de os militares que implantaram de facto uma ditadura disfarçada, pois dissolveram as Câmaras legislativos sem ouvir o Conselho Parlamentar e sem se darem ao trabalho de respeitar a lei no que toca ao mero formalismo de consultar o Conselho Parlamentar.²⁰³

Interessante é também verificarmos a forma como a Imprensa relata o encerramento do Parlamento, no seguimento do movimento militar. A existência constitucional do Parlamento é abordada por dois jornais por razões opostas. No caso d' *A Montanha*, do dia 31 de maio, contesta-se a sua existência, quando o jornal diz que, embora este fosse um jornal parlamentarista, pede-se a dissolução das Camaras, pois é um poder do Estado que não funcionava²⁰⁴. Por outro lado, no caso de *A Capital* do dia 1 de junho, reclama-se o seu regresso para se viver numa normalidade constitucional, ao dizer, em nome do jornal, que não se pode deixar de verificar que a República não vive numa normalidade nos seus «órgãos essenciaes», pois para além de não existir um Chefe de Estado, não existe um Parlamento.²⁰⁵

²⁰¹ *A Montanha*, 31 de maio e 1926, p. 1

²⁰² *A Montanha*, 4 de junho de 1926, p. 1

²⁰³ *A Montanha*, 11 de junho de 1926, p. 1

²⁰⁴ *A Montanha*, 31 de maio de 1926, p.1

²⁰⁵ *A Capital*, 1 de junho de 1926, p. 1

3.4 – A Censura na Imprensa da Época

Neste subcapítulo vou analisar a opinião expressa pelos jornais em relação instituição da censura e à sua receção por parte dos jornalistas.

Quanto à opinião expressa pelos jornais em relação á censura, o jornal *A Capital* começa por se referir à censura no dia 26 de junho, quando o jornal diz que se vai anunciar em breve um novo decreto ditatorial que vai alterar a liberdade de expressão nos jornais. Acrescenta que, contudo, o jornal já experienciou critérios governamentais duvidosos pois umas vezes escreve-se o que se quer, outras escreve-se «ao sabor dos governantes». Continua o jornal, na mesma edição, dizendo que este novo decreto é melhor do que o existente atualmente, não servindo o governo, embora o governo pense o contrário. Contudo, considera que talvez fosse até melhor esperar mais um pouco para os legisladores elaborarem este decreto²⁰⁶.

No dia 3 de junho, o jornal afirma que, perante a não existência da liberdade de manifestação de pensamento, a dissolução do Parlamento, o estado de sítio permanece e a Imprensa não pode fazer livre crítica da administração dos dinheiros. Pergunta, de forma que diz ser informal, se convém ao chefe de governo recuar o país até ao século XVI? Diz que não conhece um único exemplo na História que comprove a utilidade da supressão da opinião pública e, mesmo que existisse, a supressão integral não consegue proibir os cidadãos de se juntarem e trocarem ideias, o que afastaria as ideias dos centros de poder político, que poderia conduzir a ideias perigosas.

Esta ideia é continuada na mesma edição, quando o jornal considera que a supressão das liberdades conduz inevitavelmente á «catástrofe», e que só as liberdades conduzem á pacificação, pois nas sociedades modernas, a liberdade de Imprensa é como uma válvula de segurança que avisa quando a pressão está excessiva. Quando essa válvula não existe a situação piora.²⁰⁷

No dia 5 de julho, o jornal diz relativamente á lei da Imprensa que, não querendo discutir o diploma, tem que haver aspetos a considerar e um desses é a responsabilidade criminal que está tão mal definida que ameaça arrastar toda a gente que trabalha nos jornais, acrescentando que para os ministros os jornalistas são inimigos da sociedade. O jornal chega até a afirmar que este

²⁰⁶ *A Capital*, 26 de junho de 1926, p. 1

²⁰⁷ *A Capital*, 3 de julho de 1926, p. 1

diploma não passa de uma cópia, «muitíssimo aumentada» da lei ditatorial que João Franco pôs na Imprensa, sendo que as lições da história não foram aprendidas pelos secretários de Estado.²⁰⁸

Em suma, para o jornal *A Capital* a lei que imita a liberdade de expressão era considerada ditatorial, considerando desnecessária a supressão das liberdades no geral.

Passando para o jornal *Novidades*, no dia 25 de junho de 1926, afirma que a censura é contraproducente e inútil, tratando-se de medidas de coação dos governantes ao justo e livre direito à crítica. Esta opinião é justificada. A imprensa livre e honesta seria a representante da opinião pública e os governantes não podem agradar pela força, mas sim, pelo saber, pelo patriotismo e pela honestidade. Conclui-se que não se pode confundir a censura à Imprensa com a vigilância indispensável ao abuso do direito à liberdade de expressão, aos ataques e às calúnias.²⁰⁹

No dia 6 de julho, o jornal afirma que o conceito fundamental da liberdade de pensar não pode ser confundido com a permissão sem limites, que poderia originar o «disparatar livremente». O controlo da imprensa justifica-se, na medida em que o pensamento é uma força e, como tal, tem que sujeitar-se às regras para não se tornar destruidora para o indivíduo, nem para a sociedade. Assim, conter o direito à liberdade expressão é um dever das autoridades. Mas considera-se que existe nesta nova lei disposições que, por excesso ou por imprecisão, limitam o direito sagrado da liberdade de expressão, não podendo esta lei manter-se, pois será «ofensiva da mais justa e natural das liberdades (...)». Termina o jornal, falando em nome próprio, com um voto de confiança no ministro da Justiça, confiando de que este irá considerar estas reclamações, pois estas têm um fundo de justiça e visam melhorar e não impedir a eficiência do novo diploma.²¹⁰

Em suma, o jornal *Novidades* considera a censura à imprensa como contraproducente e inútil, pois a Imprensa livre e honesta é a representante da opinião pública. Alerta que não se pode confundir a censura com a vigilância aos abusos da liberdade de expressão, sendo dever das autoridades controlar o direito da liberdade expressão.

Quanto ao jornal *Diário de Notícias*, no dia 24 de junho de 1926, afirma que o governo resolveu estabelecer a censura à Imprensa e continua dizendo que o jornal não receia os poderes públicos, pois sempre foi apartidário e utilizou a linguagem da razão. Mas o jornal afirma-se

²⁰⁸ *A Capital*, 5 de julho de 1926, p. 1

²⁰⁹ *Novidades*, 25 de junho de 1926, p. 1

²¹⁰ *Novidades*, 6 de julho de 1926, p. 1

como defensor do princípio da liberdade de Imprensa, embora reconheça que o país não está em circunstâncias normais e que em tempos normais certas medidas não seriam admissíveis.

O jornal aceita a censura nas circunstâncias especiais que o país atravessa, mas espera que acabe logo que a situação normalize, pois a censura tem um grande perigo: ao impedir que os jornais façam comentários ou notícias do âmbito político, impedindo-os de clarificarem e explicarem certos factos, esta discussão passa para os cafés ou para as conversas particulares, suscitando a criação de boatos, calúnias e intrigas que são odiosas e revoltantes.²¹¹

Em pleno estabelecimento da censura, a crítica do jornal sobe de tom e, no dia 4 de julho de 1926, aparece na primeira página num artigo intitulado «Nova lei da imprensa», em que se afirma que a nova lei da Imprensa pretende regular a liberdade de escrever em Portugal.²¹²

No dia 5 de julho, o jornal diz que o ministro da Justiça referiu a um dos jornalistas de *O Seculo* que esta lei seria liberal, não prendendo os braços aos jornalistas. Contudo, admitindo que embira não prenda os braços, por outro lado, corta as mãos e torce sempre o raciocínio, obrigando os jornalistas a pensar por dois, por si próprio e pela dos agentes do Ministério Público.²¹³

No dia 7 de julho, as críticas continuam publicando-se queixas de que a censura impede a pouca ou total ausência de divulgação de informação política que os jornalistas podem conceder. Nesse sentido, continua-se, a transformação radical da vida política, desde o 28 de maio, seria já relatada se não fosse a censura. Caso a censura não existisse, os jornais poderiam dar aos leitores uma cuidada e escrupulosa informação e não seriam obrigados a fazer sucessivas edições, para «que aquele seu objetivo não fosse prejudicado».²¹⁴

Em suma, o jornal *Diário de Notícias*, à semelhança da generalidade dos periódicos consultados, assume uma posição de crítica em relação à existência da censura, dizendo que é defensor do princípio da liberdade de Imprensa, embora reconheça que o país não está em circunstâncias normais e que numa época de normalidade medidas como esta não seriam admitidas.

Passando para o jornal *O Seculo*, no dia 24 de junho, o jornal afirma que o êxito do último movimento militar deveu-se à Imprensa portuguesa que criou um ambiente de asfixia aos

²¹¹ *Diário de Notícias*, 24 de junho de 1926, p. 1

²¹² *Diário de Notícias*, 4 de julho de 1926, p. 1

²¹³ *Diário de Notícias*, 5 de julho de 1926, p. 1

²¹⁴ *Diário de Notícias*, 7 de julho de 1926, p. 1

políticos com os seus ataques. Por isso é preciso lembrar este sacrifício no momento em que a sua liberdade e autonomia vão ser cerceadas.

Se o governo pretender censurar os jornais que publicam notícias falsas, perigosas ou tendenciosas, o jornal aceita a censura. Mas se o governo pretende proibir a liberdade de apreciar ou criticar os atos do governo, ou qualquer outra delegação da sua autoridade, aí o jornal afirma que o mesmo governo vai ser a primeira vítima, pois vão surgir inevitavelmente exageros e ódios pessoais.

Além disso, com o desaparecimento da Imprensa livre e regular aparece no seu lugar a clandestina e «ninguém pode esgrimir nem com sombras nem com espectros.», ou seja, a melhor opção é a censura incidir apenas sobre as notícias falsas e que se destinam a causar a desordem e a indisciplina na sociedade.²¹⁵

No dia 27 de junho, a crítica sobe de tom e logo na primeira página, o jornalista diz que o jornal resiste à censura ao afirmar que não acredita que este mecanismo vá ser permanente e que tal não proíbe o jornal de «quando o quiser fazer, publicará tudo e mais alguma coisa!»²¹⁶

Em suma, o jornal *O Seculo* considera que a liberdade e autonomia da imprensa vai ser cerceada pelo movimento militar, mas não se opõe à censura desde que esta incida sobre os jornais que publicam notícias falsas, perigosas ou tendenciosas. Mas se o governo pretende proibir a liberdade de apreciar ou criticar os atos do governo, o jornal considera que o governo vai ser a primeira vítima, pois com o desaparecimento da Imprensa livre e regular surgirá a Imprensa clandestina. Assim, uma primeira posição mais moderada é abandonada a favor de um opinião de crítica em relação à instauração da censura e desafio, afirmando-se que o jornal publicará quando bem entender «tudo e mais alguma coisa!».²¹⁷

Passando para o jornal *A Batalha*, no dia 5 de julho, afirma que fica entristecido e revoltado que os seus camaradas dos jornais tenham que aceitar na sua escrita o carimbo da censura, tenham que moderar o seu pensamento para que não ultrapassem a mentalidade dos censores.

²¹⁵ *O Seculo*, 24 de junho de 1926, p. 1

²¹⁶ *O Seculo*, 27 de junho de 1926, p. 1

²¹⁷ *O Seculo*, 27 de junho de 1926, p. 1

A liberdade de expressão deve ser defendida não por qualquer critério, mas por si mesma e, repetindo o que muitas colunas de jornais já afirmaram, a censura é inútil e não tranquiliza a opinião pública.²¹⁸

Em suma, no jornal *A Batalha* afirma-se que a censura é inútil e não tranquiliza a opinião pública, sendo que a liberdade de expressão deve ser defendida não por qualquer critério, mas só por um valor em si mesmo.

3.5 – Os protagonistas do movimento militar

Como foram descritos e caracterizados Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa, os protagonistas do movimento militar, pela imprensa da época? A apreciação da personalidade de Mendes Cabeçadas e de Gomes da Costa e das suas qualidades humanas enquanto cidadãos é poucas vezes referida, mas aparece em algumas entradas de jornais.

Tanto o carácter ético de Mendes Cabeçadas como o de Gomes da Costa são apresentados de forma positiva pela Imprensa, que os caracteriza pela sua dedicação à República e pela tenacidade que caracterizaria a sua ação.

O carácter e comportamento de Mendes Cabeçadas são descritos de forma muito positiva pela Imprensa portuguesa. É caracterizado, primariamente, pela sua dedicação à República, como o faz o jornal *A Choldra*, que o apresenta como um homem honrado e leal, «a alma republicana do movimento»²¹⁹, ou o jornal *Diário de Notícias* que lhe atribui, juntamente com Gomes da Costa, uma grande dedicação à República.²²⁰

Outras características que lhe atribuem são o de ser uma pessoa de confiança²²¹, como o faz a revista *ABC* e o jornal *O Algarve*, que o caracterizam ainda como sendo uma pessoa trabalhadora, inteligente e bondosa.²²²

O carácter ético de Gomes da Costa é também descrito de forma positiva pela Imprensa, com exceção do jornal *A Choldra* que, na edição de 5 de junho, desvaloriza a ação de Gomes da

²¹⁸ *A Batalha*, 5 de julho de 1926, p. 1

²¹⁹ *A Choldra*, 5 de junho de 1926, p. 1

²²⁰ *Diário de Notícias*, 31 de maio de 1926, p. 1

²²¹ *ABC*, 10 de junho de 1926, p. 3

²²² *O Algarve*, 6 de junho de 1926, p. 1

Costa no movimento militar ao considerar que ele «foi só a espada que guiou parte das tropas», enquanto Mendes Cabeçadas teria sido «a alma republicana do movimento».²²³

Gomes da Costa é caracterizado pela sua capacidade militar na revista *ABC* que o apelida de «Militar excelente»²²⁴. O jornal *O Seculo* intitula-o de «grande soldado» que representa o exército²²⁵ e o jornal *O Algarve* define-o como uma «grande figura militar [...] e forte como a de um grande guerreiro antigo».²²⁶

Outra característica que atribuem a Gomes da Costa é a sua dedicação à república e ao país, como é o caso do jornal *Diário de Noticias*, na edição de 31 de maio, ao afirmar que à frente do movimento militar, juntamente com Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa tem um grande «prestígio de valor pessoal e da dedicação à Republica.».²²⁷

Outros exemplos são as capas d' *O Domingo Ilustrado*, do dia 20 de junho onde aparece como legenda de uma fotografia de Gomes da Costa a afirmação de que este representa todos os portugueses.²²⁸

Desta forma, os dois protagonistas do movimento militar de 28 de maio de 1926 são, de forma quase consensual, elogiados pela imprensa que consultámos.

²²³ *A Choldra*, 5 de junho de 1926, p. 1

²²⁴ *ABC*, 10 de junho de 1926, p. 3

²²⁵ *O Seculo*, 31 de maio de 1926, p. 1

²²⁶ *O Algarve*, 6 de junho de 1926, p. 1

²²⁷ *Diário de Noticias*, 31 de maio de 1926, p. 1

²²⁸ *Domingo Ilustrado*, 20 de junho de 1926, p. 1



Fig. 1- *Domingo Ilustrado*, 20 de junho de 1926, p.1

4 - ORDEM PÚBLICA, LIBERDADES E MANIFESTAÇÕES

No movimento militar de 28 de maio de 1926, tomaram-se medidas de prevenção e de manutenção da segurança por parte das forças da autoridade, de modo a garantir a ordem a quem estava no poder. Estas medidas abrangeram cada um dos três golpes de estado, mais especificamente, no golpe de 28 de maio para 29 de maio de 1926, de 17 para 18 de junho e no golpe de 9 para 10 de julho de 1926.

Começando no dia 28 de maio, a imprensa refere que a prevenção da polícia terminou ao meio dia, embora as ambulâncias dos bombeiros municipais e voluntários, os corpos de saúde, a guarda-fiscal, bem como os hospitais tenham ficado de prevenção.²²⁹

No edifício do Governo Civil de Lisboa, os portões mantiveram-se fechados e não era permitida a entrada de estranhos. Também em redor das ruas que davam acesso ao edifício foi impedida a circulação de pessoas, exceto para os moradores. Nesses espaços também estavam patrulhas reforçadas e guardas armados com carabinas²³⁰, sendo que no dia 1 de junho, o edifício do Governo Civil continuava fechado²³¹, tendo permanecido assim pelo menos até o dia 3 de junho²³², estando em permanência guardado pela força de infantaria 16, comandada pelo capitão Magalhães e pelo tenente Sanches.²³³

No Cais do Sodré, no dia 28 de maio, às duas da madrugada, devido ao aparecimento de um grupo suspeito, o largo ficou sob a vigilância da polícia e da Guarda Nacional Republicana que se deslocava a cavalo, revistando os carros que por aí passavam e não permitindo a passagem de ninguém pelas ruas próximas.²³⁴

Por sua vez, cerca da meia-noite, foram mandados recolher os elétricos, ordenou-se o encerramento de tabernas e outros estabelecimentos similares e a polícia mandou dispersar os grupos nas ruas.²³⁵

No dia 29 de maio, é proibida a saída de civis para fora de Lisboa, a menos que possuíssem um salvo-conduto emitido pelo Governo Civil²³⁶, sendo que no dia seguinte, a saída

²²⁹ *A Capital*, 28 de maio de 1926, p. 2

²³⁰ *A Capital*, 28 de maio de 1926, pp. 1-2

²³¹ *Novidades*, 1 de junho de 1926, p. 1

²³² *A Capital*, 3 de junho de 1926, p. 2

²³³ *Novidades*, 1 de junho de 1926, p. 1

²³⁴ *Diário de Notícias*, 28 de maio de 1926, p. 2

²³⁵ *A Capital*, 28 de maio de 1926, p. 2

de Lisboa continuava a ser proibida a qualquer pessoa, excepto se tivessem salvos condutos emitidos aos civis por Barbosa Viana e aos militares pelo ministro da Guerra que se encontrava no Quartel do Carmo.²³⁷

Neste mesmo dia, na Baixa de Lisboa, a partir do meio da tarde, perante o aglomerar de muitos grupos de pessoas no lado ocidental do Rossio, sendo constantes estes ajuntamentos junto dos cafés «A Brasileira» e no «Chave de Ouro», bem como nas suas proximidades, apareceu no Rossio, ao final da tarde, um esquadrão de cavalaria da GNR, do quartel do Carmo, com o objetivo de dispersar as multidões

Ao final da tarde, cerca das 19:30h, a polícia avisou os comerciantes de vários bairros para fecharem os estabelecimentos às 20h.²³⁸

No Porto, à semelhança de Lisboa, também houve ações de prevenção, nos dias 28 ou 29 de maio. Uma dessas ações foi o caso do posto da Cruz Vermelha, instalado á porta do edifício do Governo Civil, em que ficaram nessa noite o major doutor Gonçalo de Moura e os tenentes António Fiador e Alves de Souza, com auto-macas, para o caso de serem necessárias.²³⁹

No mesmo sentido, em Coimbra houve também ações de prevenção em todos os quarteis e na polícia, estabelecendo-se barreiras vigiadas por forças militares e agentes policiais, onde automóveis eram revistados, exigindo-se um salvo-conduto que era passado pelo Governo Civil para a sua passagem.²⁴⁰

Por fim, no dia 29 de maio, em Vila Real, os oficiais instrutores e sargentos da infantaria 13 que aderiram ao movimento militar, comandados pelo major Aurélio Cruz, estabeleceram vedetas nas entradas da cidade, onde os automóveis eram revistados e os passageiros alvo de reconhecimento²⁴¹.

Na passagem do dia 17 de junho de 1926 para dia 18 do mesmo mês, perante uma nova mudança no poder, novas medidas visando a manutenção da ordem pública e prevenção foram postas novamente em prática.

²³⁶ *Novidades*, 29 de maio de 1926, p. 7

²³⁷ *Novidades*, 30 de maio de 1926, p. 1

²³⁸ *Diário de Notícias*, 30 de maio de 1926, p. 1

²³⁹ *Comércio do Porto*, 29 de maio de 1926, s.a

²⁴⁰ *Comércio do Porto*, 29 de maio de 1926, p.1

²⁴¹ *Comércio do Porto*, 30 de maio de 1926, p.1

No edifício do Governo Civil, às 13 horas, os portões foram fechados, bem como todas as repartições e secções da polícia, sendo que a polícia recebeu ordens para ficar de prevenção.²⁴²

Às 18 horas, saíram do Quartel do Carmo algumas forças da G.N.R, com destino a vários pontos da cidade, de modo a desarmar possíveis civis com armas, sendo que também outras forças da polícia saíram com a mesma intenção.

No mesmo sentido, no Rossio e nas Avenidas Novas, a polícia revistou os carros e, por ordem da polícia, todos os estabelecimentos foram encerrados às 21 horas.²⁴³

No dia 18 de junho, a prevenção das forças terrestres e marítimas terminou às 7 horas²⁴⁴, mas a PSP teve ordens para entrar em prevenção a partir da 1 hora da madrugada.²⁴⁵

No Terreiro do Paço, chegou uma companhia de sapadores dos caminhos-de-ferro para dispersar a grande concentração de populares que aí se encontrava, tendo estabelecido um cordão que só deixava livre para circular as passagens sobre as arcadas, sendo que no centro da praça foram montadas metralhadoras ligeiras voltadas para as entradas das ruas da Prata, Augusta e Ouro.

Durante a noite, nas ruas da Baixa de Lisboa, o movimento de civis era grande, patrulhada por cavalaria da Guarda Republicana. As ruas da Prata, Augusta e do Ouro continuavam ocupadas e não podia passar ninguém para o Terreiro do Paço que continuava ocupado militarmente, por forças da infantaria, G.N.R., artilharia e metralhadoras.

Os edifícios dos ministérios, às 15 horas, estavam a ser guardados por forças da Marinha e da Infantaria 16²⁴⁶. Esta última unidade era comandada pelo major Curado e o Ministério das Colónias esteve guardado por forças da Marinha e de Infantaria²⁴⁷, sendo que estes ministérios passaram depois apenas a ser vigiados pela infantaria 16. Nestes ministérios não era permitida a entrada de ninguém nos gabinetes dos ministérios, exceto no caso de oficiais, jornalistas e funcionários, sendo que a entrada ficava dependente da apresentação do bilhete de identidade.²⁴⁸

Às 22 horas, as forças que ocupavam o Terreiro do Paço saíram em direcção ao seu quartel em Campo de Ourique, tendo só ficado duas forças de cavalaria e infantaria da GNR. Depois da

²⁴² *A Capital*, 17 de junho de 1926, p. 1

²⁴³ *O Seculo*, 18 de junho de 1926, p. 2

²⁴⁴ *A Capital*, 18 de junho de 1926, p. 1

²⁴⁵ *Jornal de Noticias*, 19 de junho, p. 2

²⁴⁶ *O Seculo*, 10 de julho de 1926, p. 5

²⁴⁷ *Diário de Noticias*, 10 de julho de 1926, p. 1

²⁴⁸ *O Seculo*, 10 de julho de 1926, p. 5

meia-noite, ficaram a guardar os Ministérios,²⁴⁹ sendo que às 23 horas já não era permitida a entrada a ninguém nos ministérios.²⁵⁰

A partir da 1 hora da manhã, uma força da Guarda republicana foi para o Terreiro do Paço fazer o patrulhamento do local.²⁵¹ O Ministério do Interior também se encontrava semicerrado e estava guardado por duas praças de infantaria da GNR. À frente dos correios, sob as arcadas e espalhados pelas escadarias dos outros ministérios estavam também guardas da G.N.R.²⁵² que os guardavam, sendo que no dia 19 de junho, forças da infantaria e cavalaria da G.N.R. permaneciam no terreiro do Paço.²⁵³

Por fim, perante um novo golpe de estado, na madrugada de 8 para 9 de julho de 1926, que levou ao afastamento de Gomes da Costa do poder, novas medidas e patrulhas da mesma natureza foram impostas pelas autoridades.

Nesse sentido, os bancos foram guardados por forças do exército desde o dia 9, até pelo menos ao dia 10 de julho, encontrando-se no Banco de Portugal um contingente de infantaria 16 no dia 10 de julho.²⁵⁴

A patrulha da cidade começou a ser feita por volta das 16 horas, por pelotões de cavalaria da GNR e pelo serviço de policiamento do Rossio, coadjuvado por um pelotão do Batalhão de Sapadores de caminhos-de-ferro.²⁵⁵

Houve patrulhas de cavalaria da G.N.R. que se cruzavam constantemente na praça de D. Pedro, na rua do Ouro, na rua Augusta, na rua do Carmo, na rua Garrett e nas imediações da Praça do Comércio, não tendo estas patrulhas interferido em qualquer alteração da ordem pública.²⁵⁶

Como a notícia do encerramento do trânsito na cidade entre as 22:50 h. e as 5 horas, que levou ao fecho de estabelecimentos, chegou tardiamente, alguns teatros e cinemas chegaram a abrir, sendo fechados pouco tempo depois pela polícia.

²⁴⁹ *O Seculo*, 18 de junho de 1926, p. 2

²⁵⁰ *Novidades*, 18 de junho de 1926, p. 4

²⁵¹ *O Seculo*, 18 de junho de 1926, p. 2

²⁵² *A Capital*, 18 de junho de 1926, p. 1

²⁵³ *Novidades*, 19 de junho de 1926, p. 4

²⁵⁴ *A Capital*, 9 de julho de 1926, p. 2; *O Seculo*, 10 de julho de 1926, p. 5 e *Diário de Noticias*, 10 de julho de 1926, p. 1

²⁵⁵ *O Seculo*, 10 de julho de 1926, p. 5

²⁵⁶ *A Capital*, 9 de julho de 1926, p. 2

No Rossio depois de alguns manifestantes serem dispersados, os soldados e os polícias voltaram à esquadra, sendo rendidos por um pelotão de cavalaria da G.N.R. que veio reforçar o patrulhamento. A polícia que esteve de prevenção rigorosa mandou recolher os automóveis e os trens.

Uma força com mais de oitenta praças de sapadores mineiros concentrou-se na esquadra do Teatro Nacional para auxiliar a polícia. Alguns destes soldados patrulharam o Rossio e outros postos nas embocaduras das ruas, não permitindo a circulação de automóveis procurando identificar os seus passageiros.

Por cada mudança de governo que ocorreu, no dia 29 de maio, do dia 17 para o dia 18 de junho e do dia 9 de julho para o dia 10 do mesmo mês, foram publicados editais que limitaram temporariamente a liberdade de circulação e os direitos dos cidadãos e das suas atividades.

Começo pelo primeiro golpe feito pelos militares, no dia 29 de maio, no Porto, altura em que houve um comunicado de Adalberto Gastão de Sousa Dias, general do comando da 3.^a divisão do exército, e governador militar do distrito do Porto, no sentido de assegurar a manutenção da ordem pública no distrito.

Neste edital começa por se afirmar que são garantidas as liberdades nos termos da Constituição Política da República e, consequentemente, a liberdade de trabalho e o respeito pela propriedade pública e privada. As limitações definidas são as seguintes: às 23 horas seriam encerrados todos os estabelecimentos, das 23 horas até às 6 horas, não seria permitido circular pelas ruas da cidade, salvo em caso de força maior, e todos os cidadãos deviam àquelas horas estarem recolhidos em suas casas.

Era também proibido todos os ajuntamentos na via pública, reuniões e comícios, ainda que em recintos reservado, como as sedes de associações ou de grémios, sem autorização do comando militar do Porto. No ultimo artigo deste edital foi estipulado que, com o objetivo de evitar a publicação ou transmissão de noticias tendenciosas sobre a então atual alteração da ordem pública e o movimento de tropas, os jornais deviam submeter todas as noticias que publicassem ao visto deste quartel-general.

Estas ordens deviam ser cumpridas, caso contrário seriam dadas ordens às forças militares e à polícia para reprimirem com a maior energia toda a contravenção, podendo mesmo servir-se de meios violentos, caso fosse considerado como necessário.²⁵⁷

²⁵⁷ *Novidades*, 18 de junho de 1926, p. 7

À semelhança do Porto, em Lisboa instaurou-se o estabelecimento de estado de sítio, com um edital da autoria do governador militar Luiz Domingues, em que se garantia a segurança das pessoas e da propriedade de todos os cidadãos. Se as regras definidas pelo edital fossem desrespeitadas era considerado uma desobediência à lei e usada a violência para quem resistisse.

Nos artigos do edital estabeleceu-se que todos os estabelecimentos deviam estar fechados às 22 horas, exceto os estabelecimentos dedicados aos espetáculos, que deviam terminar à meia-noite, e as farmácias, que deviam estar abertos enquanto houvesse a necessidade desse serviço.

Neste mesmo edital também se proibiam os ajuntamentos e a circulação de pessoas pelas ruas desde a 1 hora até às 5 horas da manhã, exceto em casos de urgência, como em caso de doença, incêndio e ainda por ocasião de desembarque dos comboios.

Pelo contrário, o trânsito de veículos para transporte de pessoal e cargas podia fazer-se livremente, embora qualquer paragem pudesse servir única e exclusivamente para largar e receber passageiros ou carga.²⁵⁸

Finalmente, no dia 10 de julho, perante um novo golpe militar para derrubar Gomes da Costa, o jornal afirma que ia ser publicado nesse mesmo dia um edital, datado do dia anterior e assinado pelo general comandante da 1.^a divisão do exército, Luís Manuel Agostinho Domingos, que recebeu a chefia do governo militar de Lisboa. Esse edital decretava que seriam suspensas as garantias dos cidadãos, mas que era garantida a segurança das pessoas e da propriedade de todos os cidadãos pacíficos.

Neste edital era ainda estipulado que eram proibidos os ajuntamentos, usando-se a violência caso houvesse resistência, como também não era permitido a circulação de pessoas pelas vias públicas desde as 22 horas e a meia horas até às 5 horas da manhã, salvo em casos de urgência, como no caso de doença, incêndio e por ocasião de desembarque de comboios.

A circulação de veículos para o transporte de pessoal e cargas podia ocorrer livremente, estando proibida a paragem em qualquer praça ou rua, a não ser pelo tempo indispensável para receber ou largar passageiros ou carga.

Relativamente aos horários dos estabelecimentos, estes deviam estar fechados às 23 horas, sendo, no entanto, permitido às farmácias abrir as suas portas quando fossem requisitados os seus serviços.

²⁵⁸ *A Capital*, 18 de junho de 1926, p. 1

No último artigo do edital, determinava-se que quem transgredisse as ordens aqui determinadas seria punido como tendo cometido desobediência à lei.²⁵⁹

Os distúrbios da ordem pública também se fizeram sentir em manifestações de civis em relação ao governo de António Maria da Silva, de Mendes Cabeçadas e de Gomes da Costa e o seu governo.

Em relação ao governo de António Maria da Silva, são noticiadas apenas manifestações de civis, neste caso de oposição ao governo, que ocorreu no dia 30 de maio. A ocorrência começou às 10 horas, tendo o ajuntamento partido do Rossio, quando uma concretiza uma manifestação com aclamações «à imprensa honrada», vivas à Republica e morras ao governo. Tratou-se de uma manifestação em favor do *Mundo*, do *Diário de Noticias* e de outros jornais, que acabou por ser repelida pelo uso da força.²⁶⁰

Neste mesmo dia, alguns populares fizeram uma manifestação de apoio e de morras ao governo no caminho que leva até ao Governo Civil, suscitada pela detenção, às 16 horas, no Rossio, do jornalista J. Duarte Costa, diretor do *Correio da Noite*, cuja edição também foi apreendida, pois foi acusado de ser um agente de ligação entre os revoltosos.²⁶¹

No Porto, pouco depois da 15:30h do dia 29 de maio, na praça da Libertação, organizou-se uma manifestação, promovida pelos estudantes, que aumentou de número com a chegada de muitos populares que a ela se juntaram. Esta manifestação deu vivas ao movimento militar e a Gomes da Costa, dando de caras com a infantaria 18. Foi recebida pelo seu comandante, tendo-se trocado saudações entre ambos os lados. No dia 31, estes manifestantes também seguiram para o Governo Civil, onde deram vivas ao movimento militar e morras ao governo.²⁶²

Por último, neste mesmo dia, cerca das 23 horas, uma multidão onde seguiam Fidelino da Costa e o major Cortez Santos, que apareceram na manifestação, dirigiram-se todos para o edifício da redação do jornal *O Mundo*. Chegados ao edifício, os manifestantes aclamaram o jornal, proferindo gritos contra o governo e a ditadura. A esta manifestação juntaram-se mais pessoas que desceram a rua do Mundo, onde se viam algumas bandeiras nacionais.²⁶³

Em relação a Mendes Cabeçadas apenas foi encontrada uma referência, relativa a um ajuntamento de pessoas, que dava o apoio a este militar. Esta manifestação aconteceu no dia 30

²⁵⁹ *Diário de Noticias*, 10 de julho de 1926, p. 4

²⁶⁰ *Diário de Noticias*, 30 de maio de 1926, p. 5

²⁶¹ *Novidades*, 30 de maio de 1926, p. 1

²⁶² *Comércio do Porto*, 30 de maio de 1926, p.1

²⁶³ *O Seculo*, 30 de maio de 1926, p. 1

de maio, cerca das 22 horas, quando uma manifestação que juntou muitos populares, tendo na frente o comandante João Manuel de Carvalho, «bastantes oficiais do exército e alguns sargentos», que se dirigiram ao Terreiro do Paço para saudar o comandante Mendes Cabeçadas. Após chegarem ao Ministério da Guerra, Cabeçadas apareceu numa das janelas desse edifício, onde afirmou que saudava o povo nestes tempos difíceis em que se combate pela estabilidade da República, que ia fazer tudo para garantir a felicidade dos portugueses, que a revolução fora feita para moralizar o regime e que era necessário ordem e serenidade para que todos cumprissem o seu dever.

Após Mendes Cabeçadas ter terminado o discurso, ouviu-se por parte da multidão, uma prolongada salva de palmas, vivas à república e morras á ditadura e a Gomes da Costa. Os manifestantes foram depois para o Café Italia, onde se realizou um comício e se fizeram discursos, condenando-se a ação de Gomes da Costa, nomeadamente a sua intenção de impor uma ditadura no país.²⁶⁴

Por último, pela informação que consegui recolher, Gomes da Costa foi o que obteve as receções mais heterogéneas. Estas começaram no dia 29 de maio, com a manifestação do apoio dado pela academia bracarense a Gomes da Costa, quando foi ao quartel-general em Braga dar vivas a este militar. Também durante a tarde deste dia, houve várias manifestações, especialmente de estudantes, em favor do movimento e de Gomes da Costa²⁶⁵. No dia seguinte, no teatro Sá da Bandeira²⁶⁶, a Tuna Académica de Coimbra²⁶⁷ deu um espetáculo em homenagem a Gomes da Costa e a Filomena da Camara.²⁶⁸

A possível chegada de Gomes da Costa a Lisboa, no comboio sud-express, à estação do Rossio, no dia 30 de maio, que acabou por não se concretizar, provocou a chegada de muita gente à estação, originando a formação de grupos, uns que declaravam o seu apoio a Gomes da Costa e outros que se manifestam contra a ação deste militar.

Os primeiros grupos apoiavam a revolução, davam morras à ditadura e gritos de abaixo aos ladrões do povo, enquanto os restantes grupos apoiavam o general Gomes da Costa e a ditadura.

²⁶⁴ *Novidades*, 31 de maio de 1926, p. 4

²⁶⁵ *Jornal de Notícias*, 30 de maio de 1926, p. 2

²⁶⁶ *Jornal de Notícias*, 31 de maio de 1926, p. 1

²⁶⁷ *Comércio do Porto*, 1 de junho de 1926, s.a

²⁶⁸ *Jornal de Notícias*, 31 de maio de 1926, p. 1

Existindo entre os dois grupos confrontos, violência e insultos de ambas as partes, foi chamada uma força da GNR, do quartel do Carmo, para intervir e para guardar a estação, que acabou também por dispersar os manifestantes.

Após a subida ao poder de Gomes da Costa, as reações de civis que são noticiadas pela imprensa são essencialmente manifestações de protesto, contra este protagonista e o seu governo.

No dia 9 de julho, cerca das 23 horas, estava um grupo de civis junto da estátua de D. Pedro IV, no Rossio, a darem morras ao general Gomes da Costa. Contudo, um oficial do Exército que passava por aí censurou esta atitude e mandou-os dispersar. Esta ação evoluiu para uma discussão com o oficial e, num momento de maior tensão, levou um civil empulhar uma navalha. Para modo auxiliar o oficial, em possível risco, vieram outros oficiais e foi ainda pedido um pelotão da G.N.R. ao Quartel do Carmo, que chegou minutos depois ao Rossio e que rapidamente estabeleceu patrulhas na entrada e saída das ruas.²⁶⁹

Além destas manifestações, houve a distribuição de manifestos e mensagens que defendiam a resistência à ditadura de Gomes da Costa e incentivavam à defesa da República, sem nomear nenhum alvo em particular. Nesse sentido, no dia 18, foi distribuído à tarde, nas ruas de Lisboa, um manifesto da União Anarquista Portuguesa a manifestar-se contra a ditadura.

Noutra ocasião e no mesmo dia, a polícia prendeu alguns manifestos do Comité Revolucionário de Defesa Social em que chamava as classes trabalhadoras e o povo de Lisboa a pegar em armas, em Monsanto, para a defesa da República. Por fim, na porta do café Brasileira foi afixada uma mensagem que dizia: «Povo republicano de Lisboa, republicanos de todos os partidos, armai-vos! A Republica vai passar a sua hora mais decisiva». ²⁷⁰

Há ainda referência a outros ajuntamentos que defendiam a Republica, com o registado no dia 17 de junho, quando grupos de civis percorreram as ruas da Baixa, com bandeiras nacionais e dando vivas à República.²⁷¹

Assim, nas três mudanças de governo a que o país assistiu no ano de 1926, de 28 para 29 de maio, de 17 para 18 de junho e de 9 para 10 de julho, implantaram-se medidas de prevenção por parte de quem estava no poder, de modo a garantir a ordem pública. Estas ordens envolveram polícias e militares e surgiram para o caso de haver algum distúrbio que colocasse em causa a ordem pública. Geralmente colocavam limites temporários à liberdade de circulação e aos

²⁶⁹ *O Seculo*, 10 de julho de 1926, p. 2

²⁷⁰ *A Capital*, 18 de junho de 1926, p. 2.

²⁷¹ *A Capital*, 18 de junho de 1926, p. 2.

direitos dos cidadãos, sobretudo nas duas maiores e principais cidades do país, a cidade de Lisboa e a cidade do Porto.

5 – CONCLUSÃO

A pesquisa realizada mostra-nos que a forma como foi recebido e tratado o movimento militar iniciado a 28 de maio de 1926 pela Imprensa da época é muita variada, tendo os vários jornais posições e atitudes dissemelhantes.

O jornal *A Capital* inicialmente, a 28 de maio, considera que cabe ao governo em funções restringir o movimento militar para o bem do país e da República. Contudo, na edição do dia seguinte, a opinião já é outra e diz que a mensagem de Mendes Cabeçadas e a sua solução de destituir o governo de António Maria da Silva para depois constituir um «Ministério extrapartidário constituído por republicanos», corresponde aos desejos da nação.

Na edição do dia 30 de maio d’*A Capital*, o jornal afirma que o movimento revolucionário é, afinal, um gesto republicano, que derrubou uma oligarquia que desonrava o regime e desacreditava a democracia.

Por outro lado, o jornal *Novidades* assume desde o início uma posição de aconselhamento e de apoio ao exército e de crítica aos partidos e à vida política nacional existente até ao momento do movimento militar. No dia 3 de junho, o jornal afirma que as promessas dadas em entrevistas e discursos por parte dos elementos do movimento militar são justas e que o país aplaude e anseia para que se cumpram. Contudo, também adverte que o programa do movimento não é novo, pois todos os partidos teriam já prometido estes objetivos, sem os concretizar, bem pelo contrário, acabaram por criar ou agravar os problemas existentes. Manifesta-se esperança de que os homens que fizeram o pronunciamento militar realizem estes objetivos. De forma muito assídua, toma um tom de aconselhamento dos governantes, alertando que a ação destes deve ser guiada no sentido de sacrificar os interesses individuais a favor do bem público. Refere a necessidade de se concretizar um movimento de renovação social e política, que afaste os partidos da ação governativa, mas que acolha todos os homens que define como honestos e competentes, mesmo que pertencentes a partidos políticos.

Acompanhando o desenrolar dos acontecimentos, o *Novidades* avisa que «o difícil não foi vencer, difícil sim consolidar a vitória.» e que a concretização da prosperidade pública poderá levar anos a ser concretizada. A única solução que vê como possível é a cooperação de todos, tida como um dever cívico, no sentido de se concretizar o bem comum, sem estar condicionado por interesses e caprichos.

Por outro lado, o jornal *A Montanha*, sendo um jornal republicano, tende a atacar os partidos que estavam no Parlamento, excluindo o Partido Republicano Português, e a apoiar de início e com cautela o exército, para depois o criticar, considerando que se estava numa ditadura com o apoio dos outros partidos. No dia 2 de junho, o jornal afirma que os objetivos dos militares são «engradecer a Pátria e prestigiar a República», até aí prejudicada pelos políticos e pela insuficiência dos partidos. Inicialmente defende que não é correto opor-se desde logo ao movimento militar, pois tem que se dar tempo para que trabalhem. Só depois se poderá julgar; caso resulte, dever-se-á então elogiar o movimento, caso contrário, será a confirmação de que os políticos, por pior que sejam, são superiores às intenções amadoras e curiosas dos militares.

Em permanência, *A Montanha* toma a defesa do Partido Republicano Português face aos outros partidos, considerando que este seria o único partido organizado que poderia governar legalmente, mas que nunca pôde trabalhar, pois a oposição nunca o deixou. Aliás, na edição do dia 23 de junho, acreditando que ela não iria durar muito tempo, acabando-se por entrar na normalidade constitucional. No geral, *A Montanha* abstém-se inicialmente de qualquer tipo de apoio ou de crítica ao trabalho e desempenho dos militares. Contudo, no final de junho e início de julho toma um tom mais crítico, acusando os partidos políticos de apoiarem a ditadura que, adverte, depois de ter afirmado que os políticos eram insuficientes, acabará por cair sem ter realizado a obra prometida, mesmo sem Parlamento, exigências parlamentares, sem fiscalização, crítica ou oposição dos jornais e com a força das armas do seu lado

O jornal *Diário de Noticias* considera o exército como um salvador do país e da ordem, em oposição aos políticos e aos partidos que teriam prejudicado a governação e o país. Defende que o movimento deve manter o seu carácter exclusivamente militar, não devendo infiltrar-se na política, referindo que a aspiração geral é a ordem na sociedade e na administração. Em permanência afirma-se uma ideia negativa da política, afirmando-se no jornal que a integridade nacional e a República devem ser defendidas nos campos de batalha e não em reuniões políticas.

O jornal *O Seculo* demonstra inicialmente o seu apoio ao exército, elogiando a sua ação, em oposição aos malefícios causados pela política e pelos partidos. Contudo, a partir da edição de 9 de julho começa a colocar em dúvida a obra que o exército possa vir a fazer. A 30 de maio afirma que o movimento militar deve ir até ao fim, pela salvação da pátria e pela purificação do regime, repetindo nas edições seguintes a ideia de que a vida política está repleta de vícios.

A ideia de que os partidos e a política devem acabar é repetida ao longo dos dias. O jornal diz que o movimento militar não se fez para que continuasse a existir a maioria democrática, que é criminosa e que se recusa a ouvir a pátria. O país teria vivido numa tirania até que o exército o salvou.

Desta forma, a solução passaria pelo afastamento dos políticos, os culpados da situação a que o país tinha chegado. O exército deverá, assim, afastar todos os que o jornal classifica como os profissionais da política, tidos como verdadeiramente criminosos. Para tal, o programa revolucionário não podia ser sabotado e desprezado e o exército teria de ser forte para impor a sua vontade.

Contudo, após o novo golpe, a 9 de julho de 1926, a posição do jornal em relação à capacidade do exército torna-se mais cética. Afirma-se que é necessário dar solidez e prestígio ao poder, manifestando-se alguma surpresa por após o movimento militar de 28 de maio não se ter ainda encontrado o equilíbrio para se poder governar. O pedido é o de que se inicie um período de paz e trabalho, esperado desde que os políticos foram afastados do poder.

Em *O Século* acabam depois por surgir críticas em relação à ação dos militares, referindo-se à incompetência e à ligeireza com que têm governado o país nas últimas semanas. Aliás, afirma-se não se compreender que o exército, após a revolução, não tenha tido a capacidade de governar o país.

O jornal *O Algarve* apresenta posições de defesa da ditadura, do uso da força e da imposição da ordem no sentido de afastar as clientelas políticas que apenas procuravam governar-se a si próprias, não se preocupando com o interesse nacional. A crítica aos políticos e às leis são uma constante neste jornal.

*

*

Foi também objetivo deste trabalho verificar como é que a imprensa consultada descrevia os protagonistas do movimento militar. O comandante Mendes Cabeçadas é descrito de forma positiva pela imprensa portuguesa, que o caracteriza como um elemento com grande dedicação à República, como o faz o jornal *A Choldra*, que o considera como «a alma republicana do movimento». O jornal *Diário de Notícias* também o classifica, juntamente com Gomes da Costa, como cidadãos com uma grande dedicação à República. Outras características que lhe são

atribuídas, neste caso pelo jornal *O Algarve*, são as de que uma pessoa trabalhadora, inteligente e bondosa.

Também Gomes da Costa é descrito de forma positiva pela imprensa, com exceção do jornal *A Choldra* que, na edição de 5 de junho, desvaloriza a ação de Gomes da Costa no movimento militar ao considerar que ele «foi só a espada que guiou parte das tropas», enquanto Mendes Cabeçadas terá sido «a alma republicana do movimento».

Gomes da Costa é caracterizados pela sua capacidade militar pela revista *ABC* que o apelida de «Militar excelente, colonial distintíssimo», e nos jornais *O Seculo* que o denomina de «grande soldado» e n' *Algarve*, que o designa como uma «grande figura militar [...] e forte como a de um grande guerreiro antigo». Mas alguns jornais também destacam a sua dedicação à república e ao país, como no caso do *Diário de Noticia*, na edição de 31 de maio, ao afirmar que à frente do movimento, juntamente com Cabeçadas, Gomes da Costa tem um grande «prestígio de valor pessoal e da dedicação à República.».

*

*

A receção da censura à imprensa foi recebida na generalidade dos jornais com aceitação, considerando-se que ela permitiria regular os abusos que a liberdade de escrever permitiria e que se vivia em circunstâncias extraordinárias. Contudo, avisam que a sua continuação não teria qualquer utilidade e seria prejudicial, violando um valor sagrado.

Há jornais que assumem uma posição mais moderada, como o *Novidades*, que considera a censura contraproducente e inútil, pois a imprensa livre e honesta seria a representante da opinião pública, contudo não se podia confundir a censura com a vigilância indispensável aos abusos da liberdade de expressão, considerando ser dever das autoridades controlar o direito à liberdade expressão. Além disso, afirmam confiar no ministro da Justiça, que considerará os protestos e tornará mais eficiente a medida.

Por outro lado, a crítica mais agressiva à implementação da censura à imprensa fez-se ouvir no jornal *A Capital*, que considera a lei ditatorial, afirmando não existir um único exemplo na história em que a supressão da liberdade de escrever se tenha demonstrado útil. A imprensa funcionaria como uma válvula de escape pacificadora das sociedades modernas e não poderia deixar de existir.

Também o *Diário de Noticias* assume uma posição de crítica em relação à imposição da censura, afirmando-se como defensor do princípio da liberdade de imprensa, embora reconheça que o país não está em circunstâncias normais e que certas medidas geralmente inadmissíveis poderiam ser toleradas. Espera que mal a situação normalize, a censura acabe. São críticas que sobrem de tom, acusando-se mais tarde as autoridades de quererem dobrar o raciocínio dos jornalistas, referindo-se que a censura impede a divulgação da informação política.

São críticas que também aparecem no jornal *O Seculo*, onde se afirma que não se opõem à censura prévia do governo aos jornais que publicam notícias falsas, perigosas ou tendenciosas, mas se o governo pretender proibir a liberdade de apreciar ou criticar os atos do governo, o próprio governo será a primeira vítima, pois com o desaparecimento da Imprensa livre e regular surgirá uma imprensa clandestina. No dia 27 de junho afirma-se no jornal que este publicará quando bem entender «tudo e mais alguma coisa!».

No jornal *A Batalha* afirma-se a inutilidade da censura alertando para a necessidade de defesa da liberdade de expressão como um valor em si mesmo, demonstrando tristeza pelo facto de os jornalistas terem agora de moderar o seu pensamento para que não se ultrapasse a mentalidade dos censores.

As mudanças de liderança e golpes dentro do próprio movimento alteraram a perceção da opinião pública. Em relação ao golpe de 17 para 18 de junho de 1926, *A Capital* de 18 de junho, refere que a remoção de Mendes Cabeçadas só se explica pela ânsia em resolver os problemas que o país atravessava.

O encerramento do Parlamento é visto por dois jornais de forma dissemelhante. No caso d'*A Montanha*, pede-se a dissolução das Camaras, pois seria um poder do Estado que não funcionaria, enquanto *A Capital* reclama o seu regresso para se viver numa normalidade constitucional.

A solução política oferecida por Gomes da Costa foi vista pela imprensa de várias perspetivas. No jornal *A Capital* do dia 29 de maio, refere-se que a declamação de Gomes da Costa é obscura e pouco conclusiva, pois nem a palavra República se encontra escrita. Na edição do dia seguinte, afirma-se que as posições de Mendes Cabeçadas e de Gomes da Costa são «orientações e correntes antagónicas.», sendo que Costa queria implantar uma ditadura. Contudo, na edição do dia 1 de junho, muda de opinião e afirma que tanto Cabeçadas, como Costa são a garantia da República.

De facto, a incerteza dos tempos que se viviam contagia a imprensa que afirma e desmente em permanência muitas das opiniões que publica.

Na imprensa da época que consultámos, apenas dois jornais dão opinião quanto às soluções políticas que se colocam ao país e se a ditadura, como uma das possíveis soluções, seria boa ou má para o país.

A Capital, confiando nas afirmações de Mendes Cabeçadas, considera que o novo governo não caminha para uma ditadura, acreditando que Mendes Cabeçadas quer manter o sistema político até aí vigente. Tem uma visão diferente de Gomes da Costa, acreditando inicialmente que este quer implantar uma ditadura, embora posteriormente mude de opinião, considerando-o também um garante da República. Aliás, o jornal acredita após uma reunião entre Gomes da Costa e Cabeçadas, em Coimbra, sairia um acordo que faria regressar a normalidade do regime.

Esta ideia de não se viver uma normalidade constitucional, continua na edição do dia 3 de junho, em que o jornalista acredita que este governo que se formou é provisório, tal um futuro segundo governo provisório, servindo de um novo começo para a República e é conveniente que a organização jurídica da República se mantenha. Após o afastamento de Mendes Cabeçadas do poder, n' *A Capital* do dia 18 de junho, defende-se uma ditadura para se salvar o país, facto que dependeria da vontade de Gomes da Costa. Mas defende-se uma ditadura construtiva, manifestando, contudo, muitas dúvidas em relação à viabilidade de uma boa ditadura.

O jornal *Novidades*, na edição do dia 5 de junho, considera que o país se encontra num momento de incerteza, existindo dois caminhos que poderiam triunfar, o primeiro é o de uma ditadura, o segundo é através da transmissão de poderes. Conclui, contudo, que o caminho legal é o melhor caminho.

A posição do governo de António Maria da Silva face aos militares revoltosos e a sua demissão é vista de forma positiva por dois jornais. O jornal *A Capital*, no dia 28 de maio, afirma que o governo deve resistir e repor a ordem entre os militares, dado que a revolta não é nacional, mas na edição do dia 30 de maio, já enaltece a ação do Presidente da República ao pedir a Cabeçadas para formar governo. Acrescenta, aliás, que a demissão do governo peca por tardia, pois Bernardino Machado deveria ter ouvido atempadamente a opinião pública.

O jornal *A Montanha*, de 31 de maio, também elogia o governo de António de Maria da Silva, pois não foi cobarde, resistindo enquanto pôde e, de modo a evitar mortes ou feridos, pedindo a demissão ao Chefe de Estado a sua demissão. Cumpriu, assim, duplamente o seu dever,

o dever da resistência aos revoltosos militares e o dever da demissão a Bernardino Machado no sentido de evitar a violência.

Assim, de forma muito heterogênea, diversa e com evoluções e mudanças permanentes, os jornais foram noticiando os acontecimentos políticos ocorridos entre o dia 28 de maio e o dia 10 de julho de 1926. Apesar da existência de censura à imprensa, de algumas edições a serem proibidas ou confiscadas, a imprensa foi descrevendo e comentando a evolução dos acontecimentos. O discurso é em permanência pouco consistente e sólido, Debate-se de forma largada a situação que se vive, os seus protagonistas, as possibilidades para a evolução do regime, a existência de censura à imprensa e, de forma consensual, uma permanente crítica à situação política vivida até então. É de facto a crítica à situação existência que sustenta a opção geralmente tomada, embora com cambiantes, de apoio ou então de tolerância para com o movimento militar desencadeado em 28 de maio de 1926.

6 – FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

A Montanha, de 28 de maio de 1926 até 9 de julho de 1926

A Batalha, Lisboa, de 28 de maio de 1926 até 9 de julho de 1926

O Século, Lisboa, de 28 de maio de 1926 até 9 de julho de 1926

Jornal de Noticias, Porto, de 28 de maio de 1926 até 19 de junho de 1926

ABC, Lisboa, de 28 de maio de 1926 até 9 de julho de 1926

Novidades, de 28 de maio de 1926 até 9 de julho de 1926

A Capital, Lisboa, de 28 de maio de 1926 até 9 de julho de 1926, disponível online em:

<http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/ACapital/1926/ACapital1926.htm> (28 de Maio de 1926 até 9 de junho de 1926)

Domingo Ilustrado, Lisboa, de 28 de maio de 1926 até 9 de julho de 1926, disponível online em:

<http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/DOMINGOILUSTRADO/DomingoIlustradoII.htm>

Diário de Noticias, Lisboa, de 28 de maio de 1926 até 9 de julho de 1926

O Algarve, Algarve, de 28 de maio de 1926 até 9 de julho de 1926, disponível online em:

[\(<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAlgarve/OAlgarve.HTM>\)](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAlgarve/OAlgarve.HTM)

Comércio do Porto, Porto, de 28 de maio de 1926 até 9 de julho de 1926

Bibliografia

Antunes, José Freire (1978), *A desgraça da república na ponta das baionetas*, Lisboa, Bertrand
Barreto, António e Maria Filomena Mónica, coord. (1999), *Dicionário da história de Portugal*, Vol. VIII, 1ª ed.

Brandão, Fernando de Castro (2011), *1ª República Portuguesa: uma cronologia*, Saint Joseph Academic Press

Chorão, Luís Bigotte (2010), *A crise da República e a ditadura militar*, Lisboa, Sextante, 2ª ed.

Campinos, Jorge (1975), *A ditadura militar 1926/1933*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

Carrilho, Maria (1985), *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares em 5 de Outubro de 1910, 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974*, Lisboa, INCM

Cruz, Manuel Braga da (1985), “A revolução nacional de 1926: da ditadura militar à formação do Estado Novo”, *Revista de História das Ideias*, nº7

Costa, Eduardo Freitas da (1979), *História do 28 de Maio de Costa*, Lisboa, Templo

Fernandes, Raul de Matos (1978), *Jornais do Porto 1896-1925*, Coimbra, Coimbra editora LDA

Gomes, Joaquim Cardoso (2006), *Os militares e a censura: a censura à imprensa na ditadura militar e Estado Novo 1926 1945*, Lisboa, Livros Horizonte

Lourenço, Eduardo (1975), *Os militares e o poder*, Lisboa, Arcádia

Madureira, Arnaldo (1978), *O 28 de Maio: elementos para a sua compreensão*, Lisboa, Presença

Marques, A. H de Oliveira (1986), *História de Portugal*, Lisboa, 3^a ed.

Martins, António Viana (1976), *Da I República ao Estado Novo*, Lisboa, Iniciativas Editoriais

Oliveira, César (1984), *Antologia: imprensa operária portuguesa: 1837-1936*, Lisboa, UGT - União Geral do Trabalho

Reis, António (1990), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, Vol. III

Rêgo, Raul (1986-1987a), *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. IV

Rêgo, Raul (1986-1987b), *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. V

Rodrigues, António Simões (2007), *História de Portugal em datas*, Temas e Debates

Rollo, Maria Fernanda, coord. (2013), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Lisboa, Assembleia da República, Vol. I

Rollo, Maria Fernanda, coord. (2013), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Lisboa, Assembleia da República, Vol. II

Rosas, Fernando (1994), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. XVII

Rosas, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, coord. (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Vol. I

Sá Luís, et.al (2011) (Org.) *Jornais Republicanos: 1848-1926*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal

Sá, Victor de (1991), *Roteiro da imprensa operária e sindical: 1836-1986*, Lisboa, Caminho.

Santos, António Pedro Ribeiro dos (1999), *O Estado e a ordem pública: as instituições militares portuguesas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques, coord. (1991), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, Vol. I

Serrão, Joaquim Veríssimo (1997), *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, Vol. XVIII

Telo, António José (1980), *Decadência e queda da 1ª República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo

Torgal, Luís Reis et al (2007) (Org.), *O 28 de Maio de 1926: contributos para uma reflexão*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal

Wheller, Douglas (1988), *A ditadura militar portuguesa (1926-1933)*, Mem Martins, publicações Europa-América

Sardica, José Miguel (2014), “Para uma história da imprensa diária portuguesa no século XX ”, em Vargues, Isabel Nobre (2006), in *Jornais diários Portugueses Um dicionário*, Mário Matos e Lemos, Coimbra, Ariadne Editora/CEIS20

INFORMAÇÃO PESSOAL

Rafael Lopes Roxo

📍 rua Fernando Pessoa, lote 235, bairro do Casal Novo, 1685-408 caneças (Portugal)

📞 963254396

✉️ rafaelroxo5@gmail.com

Sexo Masculino | Data de nascimento 13/01/1992 | Nacionalidade Portuguesa

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 10/2013–11/2013 **Administrativo de Arquivo**
Randstad, Recursos Humanos
Av. da República, Lisboa (Portugal)
Trabalho de levantamento de fichas de colaboradores e correspondente validação informática para posterior arquivo.
- 12/2013–01/2015 **Técnico arquivista**
Fundação Portuguesa para as Telecomunicações
Rua do Instituto Industrial, Lisboa (Portugal)
Realização de levantamento arqueológico e arquivístico na Reserva Museológica da Boa-Hora em Lisboa, em regime de estágio.
- 08/2016–03/2018 **Operador administrativo**
Randstad, Recursos Humanos
Av. da República, Lisboa (Portugal)
Organização, tratamento e validação de formulários de clientes e empresas, a nível individual e em equipa, ligados a empresas de telecomunicações

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

- 2009–2013 **Licenciatura em História Moderna e Contemporânea**
ISCTE-Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa (Portugal)
- 2014–2018 **Em conclusão do mestrado em História Moderna e Contemporânea, na especialização de Cultura, Política e Cidadania.**
ISCTE – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa (Portugal)

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

Línguas estrangeiras

COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
Compreensão oral	Leitura	Interação oral	Produção oral	
inglês	C1	C1	C1	C1

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Competências de comunicação	<i>Boa capacidade de relacionamento e interação em ambientes multiculturais</i>
Competências relacionadas com o trabalho	Boa capacidade de trabalho em equipa
Competências digitais	<i>Conhecimentos de Office (Word, Excel e PowerPoint)</i>
Outras competências	<i>Gosto por cinema e literatura (terror, policiais e poesia)</i>
Carta de Condução	B